



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

A PRÁTICA DO PROFESSOR NA ELABORAÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) PARA ALUNOS EM SALA DE AULA INCLUSIVA, NO RIO DE JANEIRO

The Teacher's Practice in the Development of an Individualized Educational
Plan (PEI) for Students in an Inclusive Classroom, in Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial, Domínio Cognitivo e
Motor

Jaciara Candido dos Santos

Orientadora:

Professora Doutora Maria de Fátima Paiva dos Santos Coelho

Outubro, 2024



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

A PRÁTICA DO PROFESSOR NA ELABORAÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) PARA ALUNOS EM SALA DE AULA INCLUSIVA, NO RIO DE JANEIRO

The Teacher's Practice in the Development of an Individualized Educational
Plan (PEI) for Students in an Inclusive Classroom, in Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial, Domínio Cognitivo e
Motor

Jaciara Candido dos Santos

Orientadora:

Professora Doutora Maria de Fátima Paiva dos Santos Coelho

Outubro, 2024

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o resultado desse trabalho.

Primeiramente ao meu eterno e soberano Deus, por abençoar e guiar meus caminhos, pelo dom da vida e sabedoria.

A minha família, principal motivadora e incentivadora, pelo amor e boa vontade; por me ajudar sempre que precisei e pelo seu apoio, incentivo e dedicação, sem os quais este curso não seria realizado.

A todos os meus colegas professores que contribuíram com este trabalho doando um tempo de sua jornada para participar desta pesquisa e responder o questionário. Gratidão.

Em especial, agradeço à Professora Doutora Fátima Paiva, minha orientadora, que me inspirou através de suas aulas produtivas, sempre atenciosa e presente. A senhora me apresentou ao mestrado na Universidade Fernando Pessoa. Gratidão por me acompanhar nesse projeto.

Agradeço às minhas colegas de mestrado, Andréa Reimão, Cristiane Gugel e Priscila Calle por todo o apoio nesta caminhada. Prazer em conhecê-las!

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que me oportunizaram fazer o curso.

Ao meu companheiro, Euclides, agradeço por todo o apoio, em todos os momentos compartilhados.

A todos que, direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa está relacionada com a importância do professor de ensino médio elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com desenvolvimento atípico, contribuindo para o trabalho de inclusão e para o planejamento de ações Individualizadas, garantindo que a todos os estudantes uma educação de qualidade e que atenda as singularidades dos alunos de uma sala de aula inclusiva. O objetivo geral deste trabalho é mensurar e analisar como e o quanto os professores realizam a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), se os professores possuem alguma dificuldade ou necessidade para utilização do PEI em sala de aula inclusiva. Participaram 32 docentes que foram inquiridos através de um questionário. Os resultados obtidos destacaram as principais barreiras enfrentadas na implementação do PEI e os benefícios detectados na aprendizagem e na participação dos alunos com deficiência em sala de aula. Dessa forma, concluiu-se que embora uma parcela considerável dos docentes, tenha conhecimento teórico sobre o PEI e reconheça a sua importância para o processo inclusivo, a sua implementação prática ainda enfrenta obstáculos. Os principais desafios apontados incluem a falta de capacitação específica e contínua para a elaboração e aplicação do PEI. A diferença entre o conhecimento teórico e a prática é percebida através da quantidade de professores que não se sentem totalmente preparados para adaptar o currículo de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Os professores reforçam a necessidade de regulamentação através de políticas públicas e programas de formação continuada que os apoiem na implementação eficaz do PEI, de modo a garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Deficiência. Necessidades Especiais. Plano Educacional Individualizado. Rio de Janeiro

ABSTRACT

This research is related to the importance of high school teachers developing the Individualized Educational Plan (IEP) for students with atypical development, contributing to inclusive work and the planning of individualized actions to ensure quality education that meets the unique needs of all students in an inclusive classroom. The general objective of this study is to measure and analyze how and to what extent teachers carry out the development of the Individualized Educational Plan (IEP) and whether they face any difficulties or needs in using the IEP in an inclusive classroom. A total of 32 teachers participated, responding to a questionnaire. The results highlighted the main barriers encountered in implementing the IEP and the benefits observed in the learning and participation of students with disabilities in the classroom. Thus, it was concluded that although a significant number of teachers have theoretical knowledge about the IEP and recognize its importance for the inclusion process, practical implementation still faces obstacles. The main challenges identified include the lack of specific and ongoing training for the development and application of the IEP. The gap between theoretical knowledge and practice is evident from the number of teachers who do not feel fully prepared to adapt the curriculum to the individual needs of students. Teachers emphasize the need for regulation through public policies and continuous training programs to support them in the effective implementation of the IEP, ensuring a truly inclusive and quality education.

Keywords: Inclusion. Education. Disability. Special Needs. Individualized Educational Plan. Rio de Janeiro

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
CAPÍTULO I – A Educação	4
1.1 Percurso da Educação.....	4
1.2 Educação Inclusiva.....	10
1.3 Educação Especial	12
Capítulo 2 - O Plano Educacional Individualizado (PEI).....	15
2.1 – Diferenciação Curricular	15
2.2 - Diferenciação Pedagógica	17
2.3 - Definição e Características do Plano Educacional Individualizado (PEI)	19
2.4 - Os Professores e o Plano Educacional Individualizado	21
2.5 - Barreiras e Facilitadores na elaboração de um Plano Educacional Individualizado	23
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	29
Capítulo 3 – Percurso Metodológico.....	29
3.1 Contextualização do estudo, definição do problema e questões de investigação.....	29
3.2 Objetivos: Geral e Específico	30
3.3 Metodologia.....	30
3.4 População e Amostra	31
3.5 Instrumento e Procedimentos	36
3.6 Apresentação de dados e discussão dos resultados.....	37
Conclusão	51
Referências Bibliográficas	53
ANEXOS.....	56

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Idade.

Gráfico 2. Gênero.

Gráfico 3. Grau acadêmico.

Gráfico 4. Experiência Profissional.

Gráfico 5. Formação no âmbito da Necessidades Educacionais Especiais.

Gráfico 6. Experiência em sala de aula inclusiva.

Gráfico 7. Experiência na Elaboração do Plano Educacional Individualizado.

Gráfico 8. Nível de satisfação das medidas recomendadas no Plano Educacional Individualizado (PEI) em sala de aula para o desenvolvimento dos alunos na sua disciplina.

Gráfico 9. Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular.

Gráfico 10. Principais benefícios que as metodologias descritas no PEI trazem para a sua sala de aula.

Gráfico 11. Dificuldades na elaboração dos Planos Educacionais Individualizados.

Gráfico 12. Facilidade na elaboração dos Planos Educacionais Individualizados, utilizados na sua prática docente.

Gráfico 13. Situações em que encontra mais dificuldade na elaboração do PEI.

Gráfico 14. Dificuldades sentidas na utilização e operacionalização do PEI.

Gráfico 15. Etapas que costuma cumprir para a operacionalização do PEI.

Gráfico 16. Aprendi a elaborar o Plano educacional individualizado através de:

Gráfico 17. Sinto-me preparado para elaborar o Plano educacional individualizado para alunos de uma sala de aula inclusiva.

Gráfico 18. Capacitação ou treinamentos específicos relacionados com o desenvolvimento e implementação do PEI em sala de aula inclusiva.

Gráfico 19. Áreas específicas do desenvolvimento e prática do PEI com necessidade de mais treinamento.

Gráfico 20. Matérias a serem apresentadas com mais ênfase em uma capacitação para elaborar e aplicar o PEI.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Percurso histórico da educação	10
Tabela 2. Componentes essenciais de um plano educacional individualizado (PEI).....	27
Tabela 3. Etapas para elaboração do PEI.....	28

Feliz aquele que transfere o que sabe.

Cora Coralina

Introdução

A educação tem evoluído e se transformado. Há muito tempo, a percepção quanto a necessidade do oferecimento de uma abordagem mais individualizada e inclusiva, se fez presente através de políticas públicas, quando reconheceu que cada aluno possui características únicas e requer estratégias educacionais diferenciadas para alcançar o seu objetivo. Nesse contexto, uma estratégia de grande importância que tem ganhado destaque ao longo do tempo é o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Desde as primeiras iniciativas brasileiras, registradas na Lei nº. 4024/1961, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), outras legislações foram criadas com o intuito de assegurar mais qualidade nos processos educacionais voltados às pessoas com deficiência. Entre elas, a Constituição Federal do Brasil (1988) que estabelece a educação como um direito de todos além de buscar medidas para assegurar às pessoas com deficiência o ensino preferencialmente na escola regular. (Santos et al., 2022).

Santos et al. (2022), em artigo científico, ressaltam que o Brasil foi um dos signatários da Declaração de Salamanca. Já a Convenção de Guatemala “[...] entrou em vigor no Brasil em 14 de setembro de 2001” (Honora, 2019, p. 26). Logo, pode-se confirmar que as influências internacionais podem ser consideradas molas propulsoras para a criação de novas legislações que assegurassem direitos sociais e educacionais em âmbito brasileiro. No que diz respeito às legislações, o artigo 58 da LDBEN nº 9.394/1996 assegura o direito dos educandos com deficiência à inserção na rede regular de ensino determinada pelo Ministério da Educação (MEC, 1996).

Já em 1997, o Ministério da Educação, alinhado as diretrizes estabelecidas na LDBEN nº 9.394/1996, implementa um conjunto de orientações obrigatórias através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, com a finalidade de estabelecer a uniformidade necessária aos programas e metodologias inerentes ao processo educativo em todas as etapas do ensino infantil ao médio em caráter nacional. (Kiefer & Mariani, 2022).

Passadas duas décadas da publicação dos PCN, o Ministério da Educação introduz a Base Nacional Comum Curricular – BNCC - 2017 estabelecendo a dinâmica dos conhecimentos, competências e habilidades requeridas para todos os estudantes em

território brasileiro durante o desenvolvimento da educação básica e dos ensinos fundamental e médio.

A Base Nacional Curricular Comum passou a organizar as aprendizagens em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, por etapas que possuem várias competências gerais da Educação Básica. Sendo que o Ensino Médio, objeto deste estudo, possui competências específicas de área, e um conjunto de habilidades relacionadas.

Entretanto, a Educação Especial mudou ao longo dos anos e, embora isso tivesse acontecido de modo não linear, pode-se identificar basicamente três fases em sua história, a começar pela fase da exclusão do seu público de qualquer tipo de escolarização, passando pela fase da segregação escolar, em que esse público começou a frequentar instituições com objetivos educacionais pedagógicos, ou não, mas num sistema paralelo em relação à educação geral, e, por fim, chegando à última fase de inclusão escolar, que é a escolarização do seu público-alvo no mesmo sistema de ensino dos demais alunos (Mendes, 2010; Tannús-Valadão & Mendes, 2018).

Em 2015, com o avanço da política de inclusão, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão (13.146), como uma aliada para que os direitos da pessoa com deficiência sejam respeitados nas esferas sociais e educacionais:

Desta forma, esta dissertação de mestrado tem como objetivo geral mensurar e analisar como e o quanto os professores realizam a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), se os professores possuem alguma dificuldade ou necessidade para utilização do PEI em sala de aula inclusiva, pretende contribuir para o desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado e para a sua elaboração e aplicação. Toda a pesquisa foi orientada com base nas questões: os professores se consideram capacitados em realizar e elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI) alterando a sua prática ao conseguir desenvolver o PEI em relação a alunos de uma sala de aula inclusiva?

Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira parte que se designa como teórica, fez-se uma revisão da literatura em 2 capítulos. No 1º capítulo aborda-se o tema Educação onde são destacados os seguintes itens: Percurso da Educação; Educação Inclusiva e Educação Especial. Já no 2º capítulo com o tema Plano Educacional Individualizado (PEI), os itens que o compõem são: Diferenciação Curricular;

Diferenciação Pedagógica; Definição e Características do Plano Educacional Individualizado (PEI); Os Professores e o Plano Educativo Individual e Barreiras e Facilitadores que auxiliam na elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI). Na segunda parte o Estudo Empírico é abordado no 3º capítulo com o tema Percurso Metodológico com os seguintes itens: Contextualização do estudo, definição do problema e questões de investigação; Objetivos; Metodologia; População e Amostra; Instrumentos e Procedimentos; Apresentação de dados e discussão dos resultados e Conclusões.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – A Educação

A educação pode ser definida de acordo com o contexto, uma das definições refere-se ao processo de facilitar a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. A educação também visa preparar indivíduos para se tornarem membros ativos da sociedade. É uma ação contínua de desenvolvimento intelectual, moral, social e emocional. Neste contexto serão abordados os principais marcos e transformações da educação ao longo do tempo, com ênfase nas práticas e políticas de inclusão. O capítulo abordará a evolução histórica da educação, destacando como a sociedade e os sistemas educacionais têm se adaptado para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Primeiramente, será traçado um panorama geral do desenvolvimento da educação desde suas origens até os dias atuais, evidenciando os principais eventos e mudanças que influenciaram a educação moderna. Em seguida, a discussão se aprofundará no conceito de educação inclusiva, analisando suas bases teóricas e práticas, além das legislações e políticas públicas que promovem a inclusão no ambiente escolar.

Por fim, o capítulo apresentará a educação especial, diferenciando-a da educação inclusiva, e discutindo as metodologias e estratégias específicas utilizadas para apoiar alunos com necessidades educacionais especiais.

Este capítulo tem como objetivo fornecer uma visão compreensiva e crítica sobre como a educação evoluiu para ser mais inclusiva e como as práticas de educação especial desempenham um papel crucial nesse processo.

1.1 Percurso da Educação

O percurso da história da educação envolve marcos históricos importantes que compõem o sistema educacional ao longo dos séculos. A educação formal teve início na Antiguidade e era caracterizada por diferentes abordagens e propósitos dependendo da civilização. Especialmente nas civilizações egípcia, grega e romana. No Egito, a escrita hieroglífica e o acesso ao conhecimento administrativo e religioso eram ensinados nas

escolas de escribas. Na Grécia Antiga, figuras como Sócrates, Platão e Aristóteles influenciaram profundamente a pedagogia ocidental, com foco no desenvolvimento do pensamento crítico e filosófico (Aranha,2006).

Em Roma, a educação seguiu moldes semelhantes com ênfase no treinamento militar, político e jurídico. Com a queda do Império Romano, a Europa medieval viu a Igreja Católica assumir um papel central na educação. Monastérios e catedrais tornaram-se os principais centros de aprendizado, preservando e copiando manuscritos da antiguidade clássica. Por volta do século XII, surgem as universidades na Europa, como a de Bolonha e Paris, que se tornam cruciais na formação intelectual ocidental.

Durante o Renascimento, há uma redescoberta dos textos clássicos e uma valorização do humanismo. Este movimento trouxe uma grande mudança na educação, que passou a valorizar mais o potencial humano e o estudo das ciências humanas. Na Idade Moderna, a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica também influenciaram significativamente a estrutura educacional, com a expansão das escolas confessionais e a introdução de novos métodos pedagógicos (Aranha,2006).

Na era contemporânea, a Revolução Industrial e os movimentos sociais dos séculos XIX e XX pressionaram pela educação pública e obrigatória, que se expandiu rapidamente na Europa e nas Américas. Chegando agora ao Brasil, a educação sofreu influências das metrópoles coloniais, especialmente de Portugal.

A história e a evolução da educação no Brasil é um tema que abrange vários períodos da colonização até a atualidade. O percurso da educação teve início durante o período colonial, com a chegada dos jesuítas em 1549. Neste período a educação no Brasil colonial era principalmente voltada para a catequese e a conversão dos povos indígenas ao cristianismo, realizada principalmente pelos jesuítas. Nessa época a Companhia de Jesus, também chamada de Ordem dos Jesuítas, teve sua fundação em 1534 por Inácio de Loyola, juntamente com um grupo de colegas, na Universidade de Paris. Os jesuítas são conhecidos por sua educação rigorosa, dedicação à evangelização e missões, e pelo impacto considerável que tiveram tanto na Igreja Católica quanto em assuntos políticos e sociais.

A Companhia de Jesus implantou a Educação Jesuíta, período em que se inicia a circulação de ideias pedagógicas no Brasil. Eles fundaram colégios que ensinavam as elites coloniais e os indígenas, com um currículo voltado para a doutrina cristã e

humanidades. Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e seus territórios por ordem do Marquês de Pombal em 1759, por razões diversas, dentre elas podemos citar a influência que os Jesuítas tinham tanto na educação quanto na política, e Marques de Pombal queria diminuir a influência da igreja e fortalecer o poder do Estado (Saviani, 2011).

Os jesuítas tinham uma grande influência sobre a educação e, com a expulsão, Pombal viu a oportunidade de reformar o sistema educacional assim alinhar aos interesses do Estado e da Coroa Portuguesa. Isso incluiu a implementação de um sistema de ensino público, a criação de novas instituições educativas e a reformulação dos currículos para incluir mais disciplinas práticas e científicas, ao invés da visão puramente religiosa que os jesuítas tinham. Esse enfoque jesuíta na educação era evidente desde o início de sua atuação no Brasil.

[...] os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território. Por essa razão considera-se que a história da educação brasileira se inicia em 1549 com a chegada desse primeiro grupo de jesuítas (Saviani, 2011, p. 26).

Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil a educação teve um grande avanço: houve abertura de escolas, bibliotecas, academias e a primeira universidade brasileira, neste período. Em 1822, surgiram as primeiras leis educacionais. A Constituição de 1824 determinou a criação de escolas primárias para todos: “[...] a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (Saviani, 2011, p. 123).

A Proclamação da República em 1889 trouxe novas perspectivas para a educação, com a descentralização e a criação de sistemas estaduais de ensino, com estímulo a educação laica e gratuita. O movimento escola novista, influenciado por John Dewey, ganhou força nas décadas de 1920 e 1930, propondo uma educação centrada no aluno e na experiência prática.

A Era Vargas trouxe importantes reformas educacionais. Em 1931, a Reforma Francisco Campos, reestruturou o ensino secundário e superior, promovendo a criação de novas universidades e estabelecendo um currículo mais diversificado e moderno.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp). A reforma elaborada por Francisco Campos, ministro da Educação, atingiu a estrutura do ensino, levando o Estado nacional a exercer ação mais objetiva sobre a educação mediante o oferecimento de uma estrutura mais orgânica aos ensinos secundário, comercial e superior. (Libâneo, 2003, p. 153).

Em 1932, um grupo de intelectuais brasileiros liderados por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova um documento que se tornou um marco na história da educação brasileira. O manifesto tinha como objetivo principal defender a universalização da educação pública, gratuita e obrigatória, além de propor mudanças significativas no sistema educacional do país.

[...] boa parte da proposta educacional destes inscrita no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) por uma escola pública única, laica, obrigatória e gratuita, fortalecendo a mobilização e as iniciativas da sociedade civil em torno da questão da educação. (Libâneo, 2003, p. 154).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, foi um documento essencial para a reforma do sistema educacional brasileiro, este documento defendia uma educação pública, laica, obrigatória e gratuita para todos os cidadãos. Influenciado pelo movimento da Escola Nova, esse documento propunha uma educação progressista e centrada no aluno, enfatizando a necessidade de uma formação integral que considerasse as estruturas intelectuais, físicas e morais dos estudantes. O manifesto criticava o modelo educacional elitista e tradicional vigente, propondo uma reorganização do sistema que promovesse a democratização e a modernização da educação no Brasil.

A partir dessas ideias revolucionárias, o manifesto fez os educadores despertarem para futuras reformas educacionais e influenciou a elaboração de importantes leis e políticas públicas.

A primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação, foi promulgada em 1961, importante para a educação brasileira, essa lei determina regras para todos os níveis de ensino, promovendo a expansão da educação básica, o ensino fundamental passou a ser obrigatório, com esse fato houve a necessidade de construir novas escolas e aumentar o número de vagas para matrícula de alunos. A LDB/1961 possibilitou a flexibilização do currículo visando uma educação mais relevante e adequada as necessidades locais e proporcionou formação e valorização de professores. A Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1961 trouxe benefícios para a educação superior, facilitou a criação e

expansão de universidades públicas, houve a oferta de novos cursos superiores, essas foram algumas medidas que favoreceram e aumentaram o acesso à educação no Brasil.

Durante a era da República, especialmente no período moderno de 1985 até o presente, foram promulgadas leis importantes para nortear a educação. A Constituição Brasileira de 1988 garantiu que a educação é um direito de todos e um dever do Estado.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, 1988, Art. 205).

A constituição se refere ao dever de o Estado promover a educação escolar que abrange a Educação Infantil, em creche e pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (CF, Art. 208, I, II e IV). Esta lei caracteriza a base para a construção do sistema educacional brasileiro, assegurando o direito à educação para todas as crianças e jovens.

O avanço histórico do direito à educação é consolidado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), que organiza a educação escolar no Brasil. Conforme a LDB, a educação escolar é dividida em dois níveis: I. Educação Básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; II. Educação Superior (Art. 21).

Assim sendo, a LDB desenvolve e explicita os princípios constitucionais, organizando a Educação Básica de formas sequenciais e interligadas, garantindo uma estrutura coerente para o sistema educacional brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de regulamentar a educação básica e superior, também regulamenta a Educação Especial, garantindo o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Conforme o artigo 58 da LDB 9394/96.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB 9394/96).

Para reforçar esses princípios, o Plano Nacional da Educação (PNE/2001) foi organizado com o objetivo de trazer melhorias na educação brasileira. O PNE propôs metas com o objetivo de elevar a qualidade da educação, aumentar o número de escolas

públicas e oportunizar o atendimento a alunos com atraso e defasagem de idade e série. Além disso, o PNE assegurar a importância de promover a inclusão de alunos com deficiência, garantindo vagas no ensino regular e reforçando a necessidade de uma educação inclusiva e equitativa.

Este plano foi desenvolvido através de um processo consultivo a vários setores da sociedade e especialistas em educação, visando atender às questões educacionais e promover um sistema educacional mais inclusivo e eficiente.

[...] formular e implementar, progressivamente, uma política de gestão da infraestrutura física na educação básica pública, que assegure: [...] c) no prazo de dois anos, a contar da vigência deste Plano, o atendimento da totalidade dos egressos do ensino fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem. (PNE/2001).

O quadro abaixo apresenta um resumo das principais legislações educacionais brasileiras até o ano de 2001. Optamos por trazer este período devido à importância do contexto histórico e das mudanças significativas que antecederam a políticas implementadas, que servem de base para o desenvolvimento das diretrizes atuais. A educação inclusiva será abordada de forma mais detalhada no item 1.2, já que este tema ganhou destaque e evolução nas políticas educacionais a partir dos anos 2000. No item 1.2 será apresentado os avanços e entraves enfrentados pela educação inclusiva, assim como as influências nas práticas pedagógicas.

Tabela 1.

Percurso Histórico da Educação (próxima página)

Tabela 1.

Percurso Histórico da Educação

ANO	PRINCIPAIS OCORRENCIAS
1549	Início da educação formal no Brasil com a chegada dos jesuítas, que fundaram colégios e catequizaram os indígenas.
1759	Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e assume o controle da educação, secularizando-a e criando escolas públicas.
1808	Abertura de escolas, bibliotecas, academias e a primeira universidade (Academia Real dos Guardas-Marinhas).
1824	Estabelecimento da primeira Constituição, que prevê a criação de escolas primárias em todo o Império, mas sem implementação efetiva.
1889	Mudanças na administração educacional, com maior incentivo à educação laica e gratuita.
1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, reforma educacional com foco em profissionalização e ensino técnico.
1961	Primeira LDB que estabelece diretrizes gerais para a educação brasileira, definindo responsabilidades e estrutura do sistema educativo.
1988	Garantia do direito à educação básica e gratuita para todos; descentralização do sistema educacional.
1996	Atualização da LDB, reforçando a educação inclusiva, democrática e de qualidade; introdução de novas diretrizes curriculares nacionais.
2001	Estabelecimento de metas para a educação brasileira visando melhorar a qualidade, inclusão e acesso à educação em todos os níveis.

Fonte: Libâneo (2003); Salviani (2011)

1.2 Educação Inclusiva

O Brasil recebeu influências internacionais, assinou a Declaração de Salamanca, uma conferência mundial realizada na Espanha, em 1994, como também a Convenção da Guatemala, 1999, promulgada no Brasil em 2001. Essas influências impulsionaram a criação de leis que garantissem direitos sociais e educacionais dos cidadãos.

Ressaltamos que o Brasil foi um dos signatários da Declaração de Salamanca. Já a Convenção de Guatemala “[...] entrou em vigor no Brasil em 14 de setembro de 2001” (Honora, 2019, p. 26). Logo, podemos confirmar que as influências internacionais podem ser consideradas molas propulsoras para a criação de novas legislações que assegurassem direitos sociais e educacionais em âmbito brasileiro. (Santos et al, 2022, p.175).

A Educação Inclusiva é um modelo educacional que busca garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, independentemente de suas diferenças e necessidades especiais. Ela promove a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, valorizando as habilidades e potencialidades de cada indivíduo.

No Brasil uma educação pensada em atender a todos os alunos têm sido um campo de intensas discussões e transformações ao longo das últimas décadas. Essa modalidade surgiu como uma resposta à exclusão de alunos com deficiência das escolas regulares. Internacionalmente, o movimento ganhou força a partir da Declaração de Salamanca (1994), que destacou a necessidade de escolas inclusivas que atendam a todos os alunos, independentemente de suas condições. No Brasil, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 foram marcos importantes na promoção da inclusão educacional.

A análise das políticas públicas revela a evolução do conceito de inclusão no Brasil. Programas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2007 desempenharam papéis cruciais. Esses documentos estabeleceram diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, determinam também a necessidade de formação de professores, organização em sala de aula e números de alunos com atendimento educacional especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Ministério da Educação, 2007).

A educação inclusiva é amparada por legislações e políticas públicas que promovem a inclusão e a acessibilidade. Entre legislações mais importantes, estão a Constituição

Federal, 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Lei Brasileira da Inclusão das Pessoas com Deficiência – LBI, Lei nº 13.146, de 2015 que apresenta orientações específicas para a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade, assegurando um sistema educacional inclusivo.

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (LDB 13.146/2015).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146, de 2015 é considerado pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A educação inclusiva promove um ambiente educacional que objetiva integrar a educação especial à proposta educacional da sala de aula regular. Isso significa que, quando um aluno com deficiência está em uma sala de aula inclusiva, ele tem direito ao atendimento educacional especializado que atenda às suas necessidades educacionais.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (Ministério da Educação, 2007).

1.3 Educação Especial

A educação especial, começou a se desenvolver no final do século XIX. As primeiras iniciativas foram institucionais, geralmente conduzidas por organizações religiosas e filantrópicas. Exemplos significativos incluem a criação do Imperial Instituto dos

Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) em 1854 e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1857, instaladas na cidade do Rio de Janeiro.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. (Ministério da Educação, 2007).

No início do século XX, a educação especial avançou com a criação do Instituto Pestalozzi em 1926. Instituição especializada no atendimento a pessoas com deficiência mental no Brasil. Em 1954, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi criada, ampliando o suporte e os serviços disponíveis para essa comunidade. Além disso, em 1945, a Sociedade Pestalozzi, por iniciativa de Helena Antipoff, inaugurou o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Ministério da Educação, 2007).

A educação especial no Brasil foi sendo consolidada e regulamentada por meio de diversas legislações e políticas públicas. A Constituição de 1988, (art. 208, III) garante o direito das pessoas com deficiência de receber atendimento especializado na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, reforçou esse compromisso, estabelecendo diretrizes claras para a inclusão e o atendimento especializado nas escolas brasileiras.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB - Lei nº 9.394/96).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) surgiu no Brasil em 2008, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para o

funcionamento da educação especial. A PNEE foi criada como uma resposta às demandas por uma sociedade mais inclusiva e justa, afirmando os princípios da Declaração de Salamanca de 1994 e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil em 2008. Esta política objetiva promover a inclusão escolar, contemplando os alunos com necessidades educacionais especiais o direito ao acesso, participação e aprendizado em ambientes educacionais regulares, com o apoio necessário para seu total desenvolvimento.

O público-alvo da Educação Especial é a pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Constitui-se uma modalidade da educação básica, havendo a necessidade de adaptar o ambiente educacional e os métodos de ensino para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e desenvolver ao máximo seu potencial, apesar das suas limitações, respeitando as características individuais e pedagógicas de cada aluno.

A educação especial no Brasil ainda tem um caminho a percorrer e superar os desafios, infraestrutura adequada, há necessidade de investir em formação continuada de professores e o avanço na inclusão dos alunos com deficiência na escola regular.

A educação especial no Brasil enfrenta desafios que justificam a escolha do tema de estudo "A Prática do Professor na Elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) para Alunos em Sala de Aula Inclusiva". Esses desafios incluem a necessidade de infraestrutura adequada, a falta de investimento em formação continuada para professores e o avanço da inclusão de alunos com deficiência na escola regular.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento importante para o processo de inclusão e fundamental para que os alunos com deficiência tenham bons resultados educacionais. No capítulo 2, aprofundaremos no conceito de Plano Educacional Individualizado, como também abordar diferenciação curricular e pedagógica, a definição e características do PEI, além do papel dos professores e identificar as barreiras e facilitadores na elaboração deste plano. Elementos fundamentais para que o Plano Educacional Individualizado seja eficaz e ofereça uma educação inclusiva de qualidade para os alunos.

Capítulo 2 - O Plano Educacional Individualizado (PEI)

O Plano Educacional Individualizado é um documento desenvolvido para atender às necessidades educacionais específicas de um aluno com deficiências e necessidades especiais. Ele é um componente crucial na educação inclusiva e representa uma abordagem altamente individualizada para o ensino e a aprendizagem.

O Plano Educacional Individualizado é uma ferramenta que exemplifica como a diferenciação curricular e a diferenciação pedagógica podem ser integradas para fornecer um ensino personalizado e inclusivo, atendendo às necessidades específicas de cada aluno.

De acordo com essas características preliminares, neste capítulo é importante abordar diversos elementos relevantes para a compreensão e implementação eficaz de um Plano Educacional Individualizado (PEI). A princípio, será discutida a Diferenciação Curricular, ressaltando como adequar o currículo para atender às necessidades específicas de cada aluno. Em seguida, a Diferenciação Pedagógica será mencionada, destacando as estratégias de ensino diversificadas que podem ser utilizadas para facilitar a aprendizagem individualizada. Será também apresentada uma Definição e Características do Plano Educacional Individualizado, trazendo uma visão objetiva do que constitui um PEI e seus componentes. Será abordada também, a relação entre Os Professores e o Plano Educacional Individualizado será analisada, destacando o papel dos educadores na elaboração e cumprimento desses planos. Por fim, serão analisadas quais Barreiras e Facilitadores que podem motivar a implementação de um PEI, facilitando uma compreensão clara dos desafios e possibilidades presentes no processo educacional.

2.1 – Diferenciação Curricular

A diferenciação curricular refere-se à adaptação do currículo para atender às diferentes necessidades, interesses e habilidades dos alunos. Envolve a modificação de conteúdo, processos e produtos de aprendizagem. O objetivo é garantir que todos os alunos tenham acesso a um currículo que seja relevante e significativo para eles, levando em consideração às necessidades e características individuais dos alunos. Assim reconhecer

que cada estudante possui habilidades, interesses e ritmos de aprendizagem diferentes, e, por isso, não pode ser ensinado da mesma forma.

A diferenciação curricular é um conceito que representa, essencialmente, mudanças na metodologia e na avaliação, pressupondo que os alunos têm um mesmo percurso nas suas opções, mas que uns precisam de seguir caminhos diferentes para que todos possam atingir o sucesso educativo. [...] (Pacheco, 2008).

Segundo Frazão, é necessário que os professores tenham um olhar atento e sensível para identificar as necessidades de cada aluno e, a partir disso, planejar atividades e estratégias que atendam às suas especificidades.

Em relação às práticas de diferenciação curricular, a partir de um conjunto de questões e analisados todos os dados disponíveis concluímos que os professores embora concordem com o conceito de diferenciação curricular entendido como a adequação dos objetivos, dos conteúdos, das metodologias e da avaliação às capacidades dos alunos continuam a exercer práticas pedagógicas direcionadas para o grupo de alunos, diversificam atividades, mas não metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem. (Frazão, 2012).

As estratégias de diferenciação curricular podem ser vistas em várias áreas específicas, cada uma focando em um aspecto diferente do processo de ensino-aprendizagem, havendo necessidade modificar o currículo, ou seja, os conteúdos que serão abordados, alterando o nível de complexidade dos assuntos ensinados, utilizar uma variedade de materiais, adaptando de acordo com as necessidades e interesses dos alunos.

Ao utilizar uma variedade de recursos didáticos e estratégias de ensino, assim como o que é oferecido para que os alunos demonstrem o que aprendeu, permitindo o uso de projetos, trabalho colaborativo, trabalhos escritos, organização do espaço físico da sala de aula, uso e organização de matérias acessíveis a todos, elaboração de planos de aula diferenciados, planos individualizados. Tudo isso permite a criação de um ambiente que favorece o processo de aprendizagem.

No Brasil não é mencionado em muitos documentos oficiais o termo diferenciação curricular, como também o tema não é estudado por muitos pesquisadores e educadores brasileiros.

A diferenciação curricular e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) são elementos fundamentais para a construção de uma educação inclusiva e igualitária no Brasil. A junção da diferenciação curricular com a BNCC permite que essa base comum

seja aplicada de maneira flexível e adaptativa, permitindo que todos os alunos, apesar de suas características individuais, possam alcançar os objetivos pedagógicos apresentados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC,2018) é um documento oficial feito pelo Ministério da Educação que aborda sobre a qualidade do ensino no Brasil, constitui os conhecimentos, competências e habilidades que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica no Brasil. Ela foi criada com o objetivo de garantir uma educação de qualidade e equidade para todos os estudantes do país.

No entanto, a BNCC cita uma única vez a estratégia de diferenciação curricular quando faz referência à educação especial.

Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

2.2 - Diferenciação Pedagógica

A diferenciação pedagógica se concentra nas estratégias de ensino e práticas pedagógicas utilizadas para alcançar os diversos perfis de aprendizagem dentro de uma sala de aula, tendo como foco o método de ensino. Isso pode incluir a utilização de múltiplas formas de apresentação do conteúdo: visual, auditiva e cinestésica por exemplo, variação das atividades, uso de diferentes materiais e a aplicação de métodos variados de avaliação.

Segundo Clerigo et al, para garantir que todos os alunos aprendam de maneira eficaz, é necessário adaptar o ensino às diferentes formas como cada um aprende. Isso consiste em entender e aplicar a diferenciação pedagógica, elaborando estratégias de ensino para contemplar diversos estilos de aprendizagem. Alguns alunos podem aprender melhor ouvindo, outros visualizando e outros experimentando, mas uma abordagem que utiliza múltiplos sentidos pode ser mais eficaz. Portanto, os professores devem priorizar métodos e estratégias que atendam às necessidades individuais dos alunos, facilitando a aquisição de novos conhecimentos e respeitando os perfis de aprendizagem de cada um.

Precisa-se ressaltar que a diferenciação pedagógica não significa dar tratamento diferenciado ou privilégios a alguns alunos. Pelo contrário, ela busca garantir que todos

os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades.

A individualização, no sentido de diferenciação pedagógica, consiste na adequação do ensino mediante as necessidades específicas do aluno. No entanto, vale ressaltar que esta ação não tem caráter exclusiva somente para o aluno em processo de inclusão, pois embora a estratégia tenha sido desenhada para responder a uma necessidade individual, pode favorecer a aprendizagem de um grupo e até de uma turma inteira. (Marin & Braun, 2013).

A estratégia pedagógica envolve uma série de práticas e adaptações que podem ser feitas pelo professor em sala de aula. Isso inclui a utilização de diferentes métodos de ensino, materiais e recursos, bem como a criação de atividades e avaliações que sejam adequadas às necessidades de cada aluno.

De acordo com Gouveia, a diferenciação pedagógica é vista como uma teoria instrucional fundamentada na ideia de que as metodologias de ensino precisam ser diversificadas e ajustadas às particularidades de cada estudante. Isso significa reconhecer que cada aluno possui uma maneira única de pensar, de agir e de perceber o mundo, especialmente em contextos de salas de aula diferentes.

[...] a diferenciação pedagógica compreende a prestação de um atendimento às necessidades de aprendizagem de um aluno em particular, ou de um pequeno grupo de crianças, contrastando com o modelo típico de ensinar todos os elementos de uma turma como se fossem todos iguais. (Gouveia, 2012, p.104)

Tal estratégia é importante porque permite que os alunos sejam desafiados de acordo com seu nível de habilidade, evitando que se sintam entediados ou sobrecarregados. Além disso, ela promove a inclusão e a diversidade, pois reconhece que cada aluno tem suas próprias capacidades e limitações.

A diferenciação curricular e a diferenciação pedagógica são duas abordagens complementares que, quando trabalhadas juntas, podem realmente transformar a sala de aula em um ambiente mais inclusivo e eficiente para todos os estudantes. Um exemplo prático de como essas duas formas de diferenciação podem ser implementadas para atender às necessidades individuais dos alunos é o Plano Educacional Individualizado.

2.3 - Definição e Características do Plano Educacional Individualizado (PEI)

O Plano Educacional Individualizado é um documento desenvolvido para atender às necessidades educacionais específicas de um aluno com deficiências ou necessidades especiais. Ele é um componente crucial na educação inclusiva e representa uma abordagem altamente individualizada para o ensino e a aprendizagem.

O Plano Educacional Individualizado é uma ferramenta que exemplifica como a diferenciação curricular e a diferenciação pedagógica podem ser integradas para fornecer um ensino personalizado e inclusivo, atendendo às necessidades específicas de cada aluno.

De acordo com essas características preliminares, neste capítulo é importante abordar diversos elementos relevantes para a compreensão e implementação eficaz de um Plano Educacional Individualizado (PEI). A princípio, será discutida a Diferenciação Curricular, ressaltando como adequar o currículo para atender às necessidades específicas de cada aluno. Em seguida, a Diferenciação Pedagógica será mencionada, destacando as estratégias de ensino diversificadas que podem ser utilizadas para facilitar a aprendizagem individualizada. Será também apresentada uma Definição e Características do Plano Educacional Individualizado, trazendo uma visão objetiva do que constitui um PEI e seus componentes. Será abordada também, a relação entre Os Professores e o Plano Educacional Individualizado será analisada, destacando o papel dos educadores na elaboração e cumprimento desses planos. Por fim, serão analisadas quais Barreiras e Facilitadores que podem motivar a implementação de um PEI, facilitando uma compreensão clara dos desafios e possibilidades presentes no processo educacional.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento importante no contexto da educação inclusiva, visando atender às necessidades específicas de cada aluno com deficiência ou necessidades educacionais especiais.

O PEI é um plano de ensino com estratégias pedagógicas personalizadas com objetivo de tornar um conteúdo curricular acessível a um estudante. [...] Ele é um instrumento utilizado para a individualização do ensino, construído com a comunidade escolar, demais profissionais, familiares e o próprio aluno. (Mascaro & Redig, 2024).

Segundo Tannus -Valadão (2010), diversos países da América do Norte e da Europa, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta comum utilizada para

auxiliar alunos com deficiência. Esses países também possuem dispositivos legais que asseguram a cada estudante com deficiência um planejamento educacional adaptado às suas necessidades específicas.

No Brasil, embora o termo Plano Educacional Individualizado (PEI) não seja mencionado especificamente na legislação, alguns documentos apontam a obrigatoriedade da elaboração de planejamento e medidas de apoio individualizada. Entre eles estão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9393/1996), a Resolução CNE/CEB (02/2001), o Decreto 7611 (11/2011) que dispõe sobre a educação especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI 13.146/2015).

No entanto, a nomenclatura Plano Educacional Individualizado é encontrada no material elaborado pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), intitulado “Projeto Escola Viva” (MEC, 2000), O qual oferece propostas pedagógicas individualizadas para alunos com deficiência, este material foi desenvolvido com o objetivo de orientar a prática dos professores em sala de aula.

[..] alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno. (MEC, 2000, p. 22).

Complementando a citação acima, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento escrito, fundamental para garantir a educação eficaz de alunos com deficiência, as suas características contribuem para que o processo educacional possa acontecer para esses alunos. Cada Plano Educacional é elaborado para atender às necessidades, habilidades e interesses específicos de cada aluno, baseado em uma avaliação detalhada de suas capacidades e desafios.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) também especifica os serviços de apoio, acomodações e modificações necessárias para ajudar o aluno a atingir suas metas educacionais. Isso pode incluir suporte de especialistas, tecnologias assistivas, adaptações curriculares e outras intervenções. A colaboração é outro elemento essencial,

pois a criação e implementação do PEI envolvem uma equipe multidisciplinar, incluindo professores, especialistas em educação especial, terapeutas, pais ou responsáveis e, quando apropriado, o próprio aluno.

As pesquisadoras Glat, Marin & Redig determinaram que a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), inicia-se com as informações sobre as habilidades escolares. As pesquisadoras entenderam que na estrutura do Plano Educacional Individualizado (PEI) deve-se incluir informações sobre o estudante e sobre o percurso da vida escolar.

Existem diferentes formas e estruturas de um plano educacional individualizado, mas em geral, este deve conter informações básicas sobre o aluno tais como: nome, idade, quanto tempo está na escola, aprendizagens já consolidadas, dificuldades encontradas, objetivos para este aluno, metas e prazos, os recursos ou adaptações curriculares utilizadas e os profissionais envolvidos na elaboração do plano. (Glat, Marin & Redig, 2012).

Dessa forma, observa-se que a flexibilidade é outra característica fundamental do PEI, por ser documento dinâmico que pode ser revisado e ajustado conforme mudam as necessidades do aluno, garantindo que o plano permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo. Além disso, o PEI inclui planos de transição para ajudar o aluno a passar de uma etapa educacional para outra, como da escola para o mercado de trabalho ou para o ensino superior. Essas transições são cuidadosamente planejadas para garantir continuidade e apoio adequado.

Dentre os profissionais envolvidos na sua elaboração, destacam-se os professores, psicopedagogos e terapeutas, cada um com papéis e contribuições específicas, não podemos ignorar que os professores têm um papel essencial no Plano Educacional Individualizado, não apenas adaptando o currículo às necessidades dos estudantes, mas também participando da elaboração desse documento.

2.4 - Os Professores e o Plano Educacional Individualizado

A elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) requer a colaboração de uma equipe multidisciplinar para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento fundamental que define as

estratégias e os recursos necessários para promover o desenvolvimento educacional e social desses alunos, portanto os professores têm um papel central na construção do PEI, pois são os responsáveis diretos pela implementação das estratégias pedagógicas no cotidiano escolar. Eles conhecem as capacidades e dificuldades dos alunos, e, portanto, são essenciais para identificar as adaptações necessárias no currículo e nos métodos de ensino.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) precisa ser elaborado de forma colaborativa, além de professores outros membros da equipe e a família também são protagonistas deste processo.

[...] o planejamento do PEI como uma ação que deve ser desenvolvida de forma colaborativa entre professores de classes comuns, professores de AEE, família e aluno. Além desses, se disponível, devem ser incluídos ainda outros profissionais, como psicólogo e assistente social. (Furtado, 2022, p.45)

De todos os profissionais citados que podem participar da elaboração do PEI estudiosos (Glat, Marin & Redig, 2012) apontam os professores da sala de aula comum como os principais responsáveis pela elaboração do plano educacional individualizado, sendo necessária a participação de outros membros da equipe, como o mediador escolar, o professor especializado que acompanha o aluno, e dependendo do nível de escolaridade, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, a participação dos professores de diversas disciplinas e da família.

É, em primeira instância, um plano educacional “personalizado”, porém inserido no planejamento escolar, ou seja, os conteúdos a serem ensinados coadunam com o que a instituição escolar propõe ao seu alunado em geral. Os professores da turma são responsáveis diretos pelo desenvolvimento do plano, havendo colaboração de outros atores como professores especializados (no caso de alunos incluídos em turmas comuns com suporte), profissionais de outras áreas e até mesmo, da família. (Glat, Marin & Redig, 2012).

Percebe-se que o professor é o principal agente na identificação das necessidades dos alunos e na aplicação das estratégias adequadas para atendê-las, inclusive na adaptação curricular. Para isso, ele deve estar preparado para reconhecer e valorizar as diferenças individuais, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor. Além disso, a formação contínua e o desenvolvimento profissional são essenciais para que os educadores

estejam sempre atualizados sobre as melhores práticas e metodologias de ensino inclusivo.

A participação efetiva do professor no contexto da educação especial e inclusiva mostra a importância do trabalho do docente na promoção da inclusão, tanto nas práticas diárias de atendimento aos estudantes quanto em iniciativas mais amplas que envolvem toda a comunidade escolar.

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (PNEEPEI/ 2008. p. 10)

Entendem-se, portanto, que os professores devem ser capacitados continuamente para compreender e aplicar as práticas inclusivas de forma eficaz, garantindo que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento de maneira equitativa. Contudo, sabe-se de problemas que podem surgir durante esse processo. Nesse contexto, é essencial analisar as barreiras e facilitadores na elaboração de um Plano Educacional Individualizado para entender melhor as dificuldades e as oportunidades envolvidos neste fazer pedagógico.

2.5 - Barreiras e Facilitadores na elaboração de um Plano Educacional Individualizado

Os desafios e oportunidades na implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) são pontos cruciais a serem considerados na efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência. A necessidade de adaptar estratégias pedagógicas para atender às demandas individuais desses alunos impõe um desafio constante aos educadores que precisam estar preparados para promover uma aprendizagem significativa e eficaz. A compreensão das barreiras e dos facilitadores que impactam esse processo é essencial para aprimorar práticas educacionais e assegurar que todos os alunos recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento.

Dessa forma, como já abordado nos itens acima, os desafios e oportunidades na implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) estão intrinsecamente

relacionados à necessidade de adaptação de práticas pedagógicas, à promoção de uma gestão escolar inclusiva e à valorização do papel dos professores e demais profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar. O reconhecimento das dificuldades enfrentadas e o aproveitamento das oportunidades para o aprimoramento das práticas educacionais são fundamentais para garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola regular.

A Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015) define barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que impeça a participação social da pessoa, que limite os exercícios dos direitos à acessibilidade, classifica diferentes barreiras que impedem a inclusão da pessoa com deficiência, entre elas as barreiras atitudinais.

Quando o professor não elabora o Plano Educacional Individualizado (PEI) ele ergue barreiras, não respeita a legislação e não contribui com o processo educacional, assim o docente levanta uma barreira atitudinal não permitindo que a inclusão aconteça.

Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

[...] e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; (LBI, 2015 – art. 3º -IV).

Sendo assim, uma das barreiras na elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) é a falta ou inadequação da formação inicial e/ou continuada dos professores. Muitos educadores não possuem a preparação específica para lidar com as diversas necessidades dos alunos com deficiências. A falta de formação pode resultar em planos que não atendem os desenvolvimentos individuais dos alunos, prejudicando seu o avanço pedagógico e social.

Nesse contexto, se faz imprescindível desmistificar o PEI, fornecer formação continuada e subsídios ao profissional da educação, incluindo o professor do ensino especial, a gestão escolar ou qualquer profissional que atenda o aluno que necessita de um Plano Educacional Individualizado. E dessa forma, empoderar os profissionais da educação, tornando-os agentes ativos na elaboração e colaboração desse processo, compreendendo o valioso recurso que é o PEI para a prática docente e assegurando o direito do aluno. (Francisco, 2023, p.26-27).

Há também barreiras pedagógicas que são encontradas no currículo, incluindo avaliações, estratégias e materiais didáticos, que podem prejudicar determinados estudantes, frente as suas necessidades específicas em sala de aula.

Apesar das barreiras, existem vários facilitadores que podem aprimorar a elaboração e implementação de um Plano Educacional Individualizado (PEI). Um dos mais importantes é a formação e capacitação contínua dos educadores. Investir na formação específica dos professores para lidar com as diferentes deficiências e nas estruturas inclusivas pode contribuir significativamente a qualidade da elaboração do PEI, pois conforme citado abaixo:

Uma proposta para que esse aluno tenha avanços acadêmicos na turma comum, envolve o suporte de professores capacitados para trabalharem em equipe, uma alternativa para a formação continuada ser efetiva se, por exemplo, tiver como foco o planejamento de ações compartilhadas com ênfase nas necessidades do aluno. ((Redig, Mascaro & Dutra 2017).

Além disso, conforme (Barbosa e Carvalho, 2019) a colaboração e o trabalho em equipe também desempenham um papel crucial. A interação entre professores, especialistas em educação especial, pais e outros profissionais permite uma abordagem mais integrada no desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI). Essa cooperação enriquece o processo de planejamento, garantindo que todas as dimensões do desenvolvimento do aluno sejam consideradas.

A disponibilização de recursos e tecnologias assistivas é outro facilitador essencial. O acesso a ferramentas e materiais específicos facilita a implementação das estratégias descritas no Plano Educacional Individualizado (PEI), proporcionando um ambiente de aprendizagem mais acessível e eficiente para os alunos com necessidades especiais. Para garantir que essas condições sejam implementadas, temos Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015. Este marco legal destaca a importância dos recursos e tecnologias assistivas como parte ampla e importante que contribui com estratégias para uma educação inclusiva e equitativa.

A Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, sancionada em 6 de julho de 2015, marca um avanço significativo na legislação brasileira voltada para a inclusão e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. A legislação anterior, o Estatuto da Pessoa com

Deficiência (Lei nº 7.853/1989), determinava alguns aspectos da inclusão, a LBI foi elaborada conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que tem como objetivo promover a inclusão de forma plena.

A Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146 (BRASIL, 2015) denominada *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, no seu artigo Art. 28, compete ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

VII - planejamento de método, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva. (LBI, 2015 – artº. 28).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também considera a participação dos pais e familiares como imprescindível no processo de elaboração do Plano Educacional Individualizado, pois fornecem informações valiosas sobre o comportamento, as preferências e as necessidades dos alunos fora do ambiente escolar, o que enriquece a compreensão da equipe multidisciplinar sobre o aluno. Conforme literatura:

Este é um planejamento que deve ser realizado em colaboração com diferentes atores da escola: professores do ensino comum, professores especialistas, familiares e o próprio aluno (quando for possível). O mais importante é que sejam traçados objetivos relevantes para o aluno e que cada um dos envolvidos colabore no desenvolvimento da proposta. (Redig, Mascaro & Dutra, 2017).

Ou seja, a parceria entre escola e família é um dos pilares para o sucesso da inclusão escolar, pois facilita a implementação de estratégias coerentes e eficazes tanto na escola quanto em casa.

Portanto, a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) é um processo complexo que requer a colaboração de diversos profissionais, cada um trazendo sua expertise para atender às necessidades individuais dos alunos. A sinergia entre professores, psicopedagogos, terapeutas, familiares e a gestão escolar é fundamental.

Um modelo interessante para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) pode ser encontrado em trabalhos de Barbosa e Carvalho (2019), que apresenta elementos importantes para a construção e implementação precisa do PEI, incluindo

aspectos relevantes para a individualização do ensino e objetivando acompanhar as necessidades específicas de cada aluno.

Tabela 2

Componentes essenciais de um Plano Educacional Individualizado (PEI).

INFORMAÇÕES GERAIS DO ALUNO	<ul style="list-style-type: none">• Nome completo, data de nascimento, informações de contato.• Registros acadêmicos anteriores, incluindo avaliações e relatos de professores.
OBJETIVOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none">• Objetivos de longo prazo: metas que o aluno deve atingir ao final de um período específico.• Objetivos de curto prazo: passos intermediários para alcançar os objetivos de longo prazo.
INTERVENÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENSINO	<ul style="list-style-type: none">• Abordagens pedagógicas e métodos de ensino adaptados às necessidades do aluno.• Tecnologias assistivas e materiais didáticos específicos.
AVALIAÇÃO DO ALUNO	<ul style="list-style-type: none">• Descrição detalhada das habilidades e necessidades do aluno.• Resultados de avaliações anteriores e observações dos professores.
AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PEI	<ul style="list-style-type: none">• Métodos de avaliação contínua do progresso do aluno.• Cronograma de revisões e atualizações do PEI.

Fonte: Barbosa e Carvalho

As pesquisadoras Redig, Mascaro & Dutra (2017) afirmam que para elaborar um Plano Educacional Individualizado (PEI) é preciso respeitar as etapas apontadas por elas como sendo de grande importância.

Havendo a necessidade de elaborar de um Plano Educacional Individualizado (PEI), torna-se indispensável, seguir as etapas da tabela.

Tabela 3.

Etapas para a elaboração do PEI

CONHECER A HISTÓRIA DO ALUNO	Coletar informações das necessidades educativas do aluno, conhecer sobre ele, habilidades, dificuldades e se faz uso de medicação.
DEFINIR METAS E PRAZOS DE APRENDIZAGEM	Planejar em quanto tempo a criança será capaz de aprender, por exemplo a ler e a escrever etc.
TRAÇAR O PLANO DE AÇÃO	Planejamento para aplicação do PEI, com as informações do que ensinar, como ensinar e os conteúdos pedagógicos a ser trabalhado.
REGISTRAR O DESEMPENHO DO ALUNO	Por meio de avaliação que indique o desempenho do aluno durante a aplicação do PEI
AVALIAÇÃO DO PEI	Em etapas bimestrais, trimestrais de acordo com a organização da escola, com a participação de todos os envolvidos na elaboração do PEI, para atualização do perfil pedagógico do aluno.

Fonte: Redig, Mascaro & Dutra, 2017

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 3 – Percorso Metodológico

O percurso foi dividido em diversos itens, que incluem a contextualização do estudo, a definição do problema e questões de investigação, entre outros aspectos fundamentais para a realização da pesquisa. Cada um desses itens está descrito abaixo, pretendendo dar uma visão clara e abrangente dos passos seguidos para atingir os objetivos propostos.

3.1 Contextualização do estudo, definição do problema e questões de investigação

O estudo está inserido no contexto da educação especial e inclusiva, abordando a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta importante para o desenvolvimento pedagógico de alunos com necessidades especiais em salas de aula inclusiva.

Essa investigação orienta o presente estudo, que busca pesquisar não somente a percepção dos educadores sobre sua preparação e competência para criar e aplicar o Plano Educacional Individualizado (PEI), mas também os desafios e barreiras enfrentados na rotina escolar ao tentar integrar práticas inclusivas de maneira eficaz e personalizada.

Desde as primeiras iniciativas brasileiras, registradas na Lei nº. 4024/1961, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), outras legislações foram criadas com o intuito de assegurar mais qualidade nos processos educacionais voltados às pessoas com deficiência. Entre elas, a Constituição Federal do Brasil (1988) que estabelece a educação como um direito de todos além de buscar medidas para assegurar às pessoas com deficiência o ensino preferencialmente na escola regular (Santos et al., 2022).

Estudar o Plano Educacional Individualizado (PEI) é de grande importância no contexto educacional, porque ele representa uma ferramenta essencial para a inclusão e o desenvolvimento educacional de alunos com deficiência. A pesquisa sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) também contribui para o aprimoramento das práticas

pedagógicas e para a formação de professores mais capacitados para lidar com a diversidade em sala de aula, reforçando a importância da educação inclusiva.

A decisão de abordar a capacitação dos professores para a elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) em salas de aula inclusivas surge a partir da prática da pesquisadora em escolas do estado do Rio de Janeiro e da crescente demanda por práticas educativas que atendam às necessidades específicas de cada aluno com deficiência.

Diante da constante procura por uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades individuais, surge a questão: Os professores se entendem capacitados para realizarem a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e utilizá-lo com alunos em sala de aula inclusiva?

3.2 Objetivos: Geral e Específico

Diante da pergunta citada, é importante destacar que o objetivo geral deste trabalho é de mensurar e analisar como os professores se entendem capacitados para realizar a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e utilizá-lo com alunos de sala de aula inclusiva.

E, para operacionalizar esse objetivo, cabe listar os objetivos específicos:

1. Compreender a percepção dos professores sobre a importância da realização e utilização do plano educacional individualizado pelos professores na sala de aula
2. Compreender as dificuldades e ou as facilidades dos docentes na elaboração dos Planos Educacionais Individualizados
3. Verificar se o professor recebeu alguma capacitação sobre a elaboração do PEI e se contribuiu para sua prática.

3.3 Metodologia

Nesta pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa, permitindo uma análise dos dados coletados. Os dados não serão divulgados e serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, garantindo o anonimato dos participantes. A confidencialidade e o

anonimato dos dados recolhidos, será realizado de forma sigilosa e as informações coletadas serão destruídas após a conclusão do estudo, de modo que não haverá quaisquer prejuízos emocionais, sociais ou físicos à pessoa que participará da pesquisa nem a Instituição a qual ela pertença.

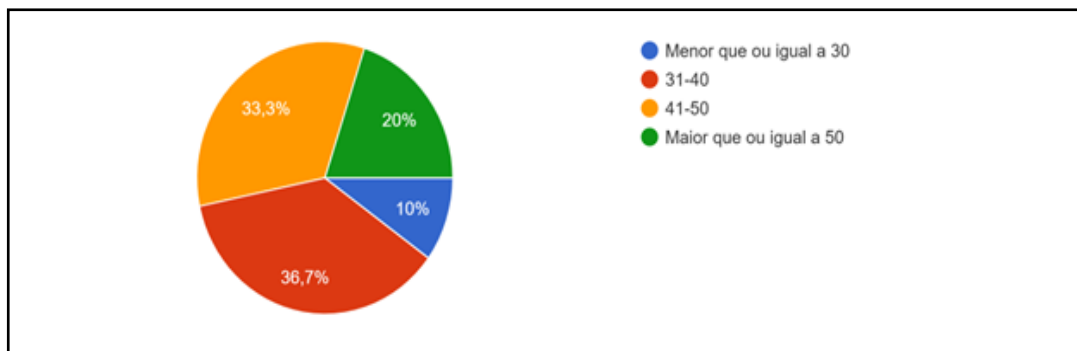
3.4 População e Amostra

Na impossibilidade de se inquirir a população, foi criada uma amostra não probabilística, tipo bola de neve, constituída por professores que atuam no Ensino Médio, em sala de aula inclusiva. A amostra de professores que responderam ao questionário foi de 32 (trinta e dois).

Os gráficos a seguir explicam a carterização da amostra. Após cada gráfico, é apresentada uma breve análise dos dados.

Gráfico 1

Idade

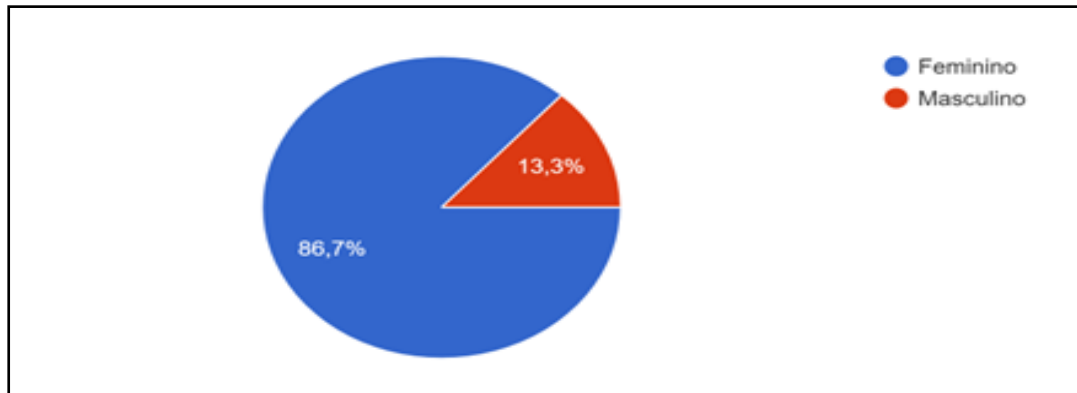


No gráfico 1 observou-se através da segmentação das faixas etárias identificadas no qual 33,3% dos participantes estão situados entre 41 e 50 anos, 36,7% ente 31 e 40 anos de idade 20% possuem idade maior que ou igual a 50, 20% dos participantes têm idade menor ou igual a 30, revelando um grupo diversificado, mas reforçando a avaliação contida no gráfico 4, adiante.

Já no que se refere ao gênero verificamos o seguinte:

Gráfico 2

Gênero

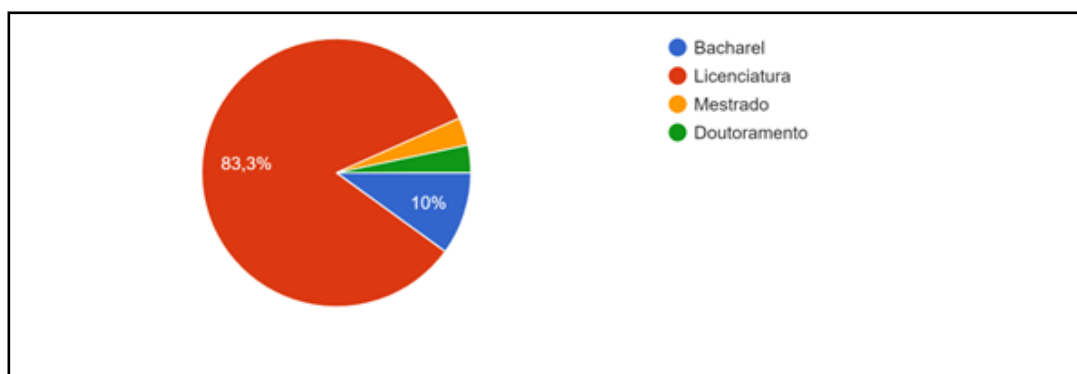


Na análise do gráfico 2, 86,7% dos participantes pertencem ao gênero feminino enquanto 13,3% ao gênero masculino. Assim, com esse foco, constata-se que a maioria dos participantes são mulheres, corroborando que a profissão docente possui maior adesão do gênero feminino.

No que diz respeito ao grau acadêmico observam os seguintes dados:

Gráfico 3

Grau acadêmico



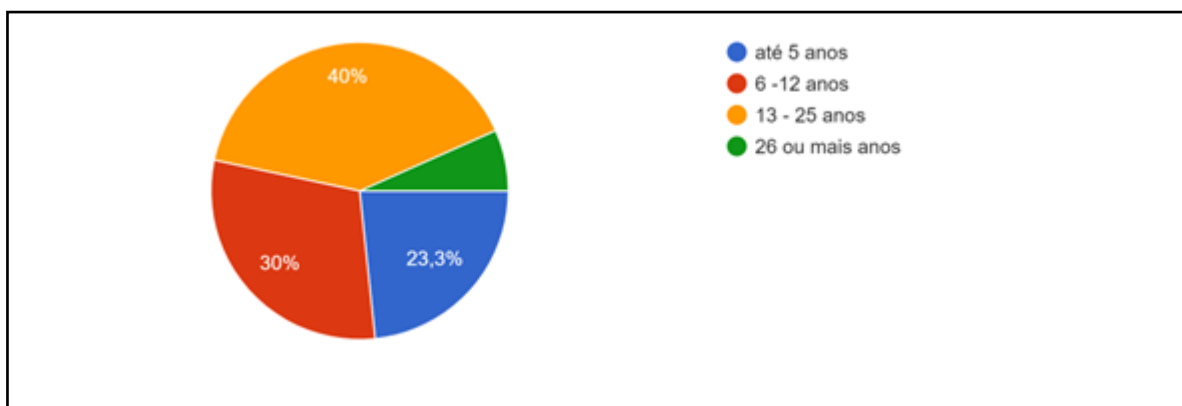
No gráfico 3 é apresentado um cenário da distribuição por grau acadêmico onde se observa que 83,3% dos participantes possuem licenciatura que se traduz,

consequentemente, na redução significativa dos demais em formações superiores, fato que, entretanto, não interfere no resultado desejado a partir da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), como observaremos adiante através dos gráficos 4 e 5.

Em relação à experiência profissional podemos observar os dados constantes no gráfico seguinte:

Gráfico 4

Experiência Profissional



No gráfico 4 é demonstrado o tempo de experiência do professor em salas de aula inclusivas, sendo que 40% dos participantes têm entre 13 s- 25 anos de experiência, 30% entre 6 - 12 anos e 23,3% dos demais participantes na faixa até 5 anos de experiência.

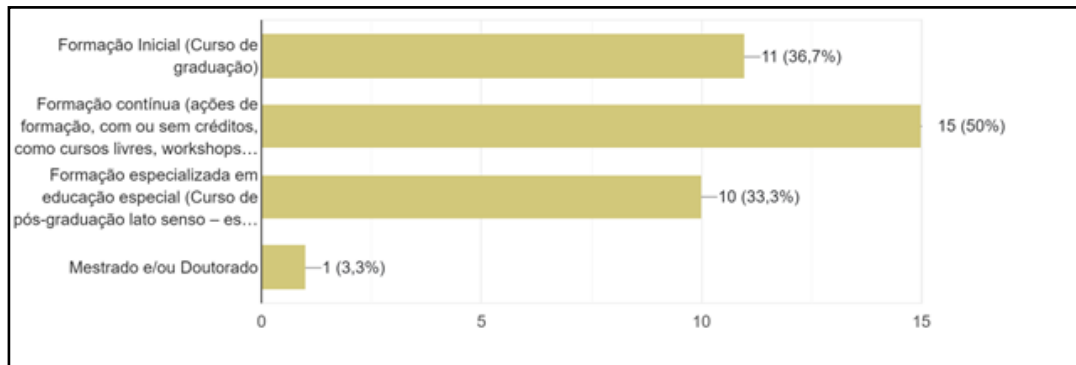
Com base no cenário demonstrado no gráfico, podemos inferir que a renovação do quadro docente nos revela que, possivelmente, o atrativo financeiro deixou de ser algo positivo para o ingresso nesta carreira, quando esta é comparada a outras atividades laborativas. Portanto, é mister concluir sobre a importância na valorização permanente do professor através de políticas públicas agressivas em todos os aspectos, seja no campo acadêmico, mas, notadamente também no tocante a remuneração, visando atingir o real reconhecimento do papel do professor no meio educacional, fundamental para os jovens estudantes.

A Prática do Professor na elaboração na elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos em sala de aula inclusiva, no Rio de Janeiro

Quando questionados sobre a Formação efetuada no âmbito das necessidades especiais, verifica-se o seguinte:

Gráfico 5

Formação no âmbito da Necessidades Educacionais Especiais.

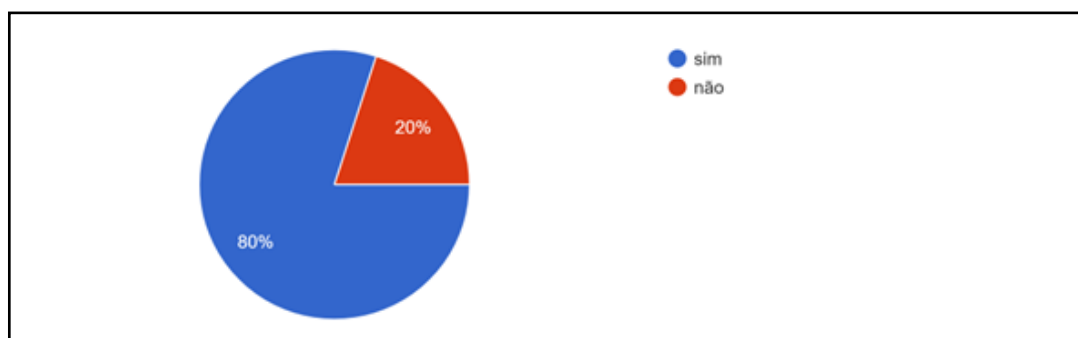


No gráfico 5, pode perceber-se que 36,7% possuem curso de graduação, 50% participaram de formação continuada voltada para alunos com deficiência, 33,3% possuem especialização em educação especial e 3,3% mestrado e/ou doutorado.

Questionaram-se também os participantes sobre a sua experiência em sala de aula inclusiva. Podem observar-se as respostas no gráfico que se apresenta a seguir:

Gráfico 6

Experiência em sala de aula inclusiva

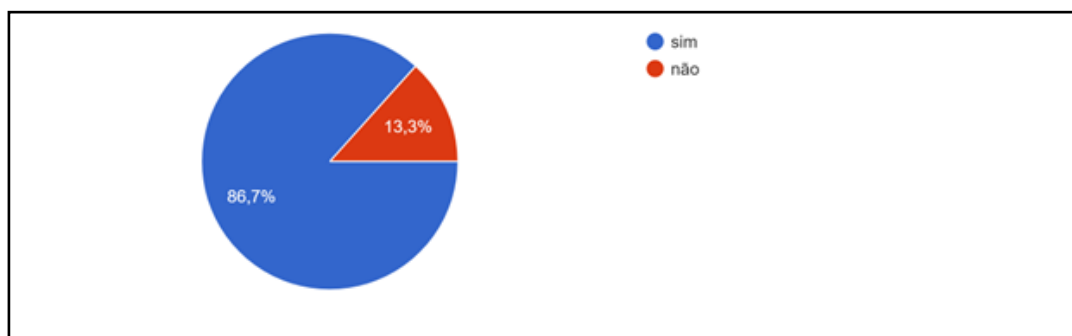


O gráfico nº 6 apresenta a porcentagem referente a atuação dos professores revelando que 80% já lecionam atualmente em uma sala de aula inclusiva denotando a importância da permanente necessidade da capacitação de profissionais, tão maior quanto possível, visando ao atendimento dessa crescente demanda.

No que se refere à elaboração de um plano educacional individualizado verificamos a experiência dos docentes no gráfico que a seguir se apresenta

Gráfico 7

Experiência na Elaboração do Plano Educacional Individualizado.



No gráfico 7, pode-se perceber que 86,13% dos professores já elaboraram o Plano Educacional Individualizado (PEI) e 13,3% ainda não elaboraram o PEI.

Neste cenário, com apoio do observado através dos gráficos 4 e 5, podemos afirmar que a necessidade da busca contínua do aperfeiçoamento na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), com revisões sempre que possíveis, institucionais e necessárias, da metodologia empregada visando proporcionar a maior fidelidade, decerto estará alinhado aos objetivos pretendidos através das políticas.

Em síntese podemos referir que a análise sociodemográfica do público-alvo indicou características diversificadas entre os participantes da pesquisa, revelando informações importantes sobre seu perfil pessoal e profissional. Os dados coletados mostraram uma ampla faixa etária, variando de 30 a 50 anos de idade, com a maioria do gênero feminino. Além disso, observou-se uma variação significativa nos níveis de

escolaridade, com a maioria dos participantes possuindo graduação em licenciatura enquanto outros apresentam formações acadêmicas diversas. Quanto ao tempo de experiência profissional, os dados indicam uma predominância de indivíduos entre 6 e 12 anos de atuação na área de educação. Essas características sociodemográficas são fundamentais para compreender o contexto em que os participantes estão inseridos e como suas experiências e formações podem influenciar suas percepções e práticas em relação à pesquisa apresentada.

3.5 Instrumento e Procedimentos

Este estudo foi autorizado pela plataforma Brasil (Anexo 1).

Para a coleta dos dados foi elaborado um questionário com base na literatura (Severino, 2002; Lakatos & Marconi, 2017). Em seguida foi enviado a três Professores Doutores especialistas na área para validação, chegando -se assim à versão final (anexo 2) que contém 21 perguntas cuidadosamente desenvolvidas para alcançar os objetivos propostos. A estrutura do questionário foi definida com perguntas objetivas de múltipla escolha, facilitando assim a análise quantitativa dos dados coletados. O questionário começa com questões demográficas que buscam caracterizar o perfil pessoal e profissional dos participantes. Em seguida, as perguntas de 8 a 11 focam na importância e na utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI), enquanto as perguntas de 12 a 15 exploram como os professores elaboram o PEI. A etapa subsequente, com perguntas de 16 a 20, tem como objetivo verificar a participação dos professores em treinamentos específicos para o desenvolvimento do PEI. Por fim, as últimas perguntas do questionário investigam a percepção dos professores sobre a necessidade de participar de treinamentos voltados para o desenvolvimento de alunos em uma sala de aula inclusiva. As perguntas foram formuladas apoiadas na realidade vivenciada pela pesquisadora e, em seguida, publicadas no Google Forms.

O Link do questionário foi enviado <https://forms.gle/t4yS8g2TVk3R8eBq8>.

Os dados obtidos do questionário aplicado foram tratados de forma quantitativa e coletados com a utilização da ferramenta Google Forms, após a análise os dados foram organizados e representados em gráficos, facilitando a visualização e a interpretação dos resultados.

Na impossibilidade de entregar a cada participante uma declaração de consentimento informado, uma vez que os questionários foram preenchidos de forma anônima, no início do questionário, cada docente poderia manifestar a sua autorização para participar e continuar ou poderia não autorizar e abandonar o preenchimento.

3.6 Apresentação de dados e discussão dos resultados

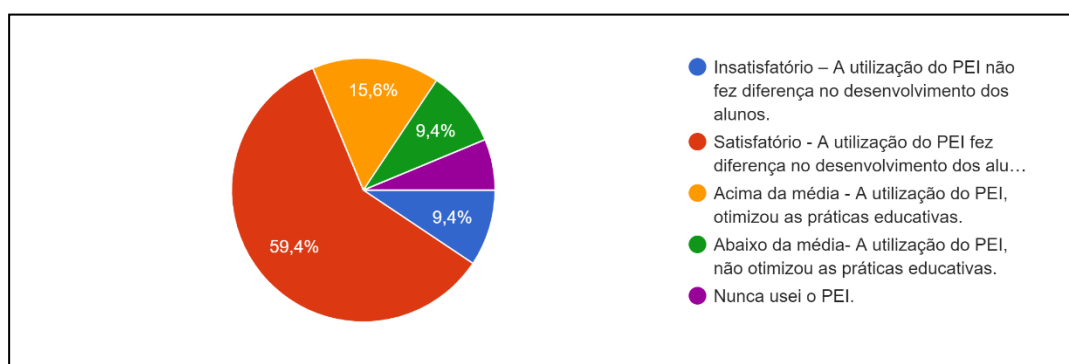
Neste ponto, vamos analisar e discutir os dados, relacionando-os com os objetivos específicos e para mais fácil leitura, iremos ainda confrontar estes resultados deste estudo, com os obtidos por outros autores em outros estudos.

Assim em relação ao primeiro objetivo específico, **compreender a percepção dos professores sobre a importância da realização e utilização do plano educacional individualizado pelos professores na sala de aula**, apresentam-se os resultados obtidos:

No gráfico seguinte observa-se o nível de satisfação das medidas recomendadas no Plano Educacional Individualizado (PEI)

Gráfico 8

Nível de satisfação das medidas recomendadas no Plano Educacional Individualizado (PEI) em sala de aula para o desenvolvimento dos alunos na disciplina.



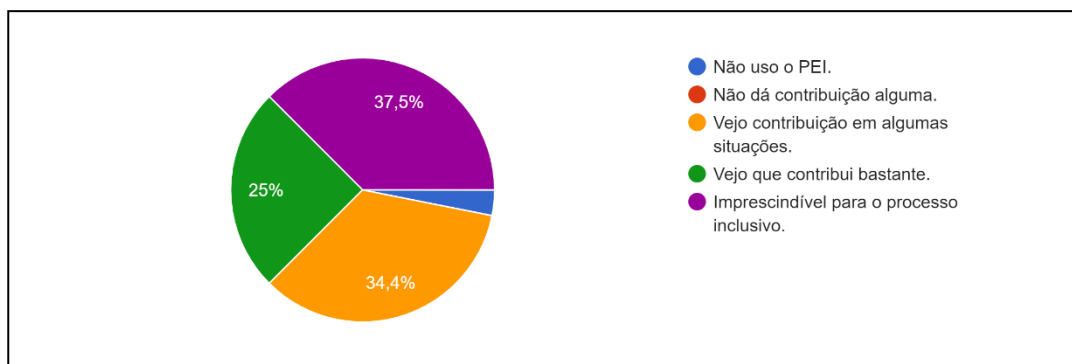
No gráfico 8, observa-se que 59,4% dos professores consideraram satisfatória a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI) e que faz diferença no desenvolvimento dos alunos.

Observando estes resultados e cruzando com os dados já apresentados nos gráficos 6 e 7, infere-se que pode haver uma relação entre a experiência dos docentes e a elaboração do PEI, proporcionando mais oportunidades de um desempenho qualificado para o trabalho docente junto aos alunos de uma sala de aula inclusiva. A análise desses gráficos vai ao encontro dos dados apresentados num estudo da autora Francisco (2023), ao demonstrar que capacitar os profissionais da educação os pode tornar protagonistas na elaboração e prática do PEI, possibilitando que os direitos dos alunos com necessidades especiais sejam respeitados e que tenham uma sala de aula e uma prática docente mais inclusivas.

Em seguida questionaram-se os docentes sobre a relação entre a elaboração do PEI e a inclusão de alunos na sala de aula regular. Obtiveram-se os seguintes resultados:

Gráfico 9

Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular.



O gráfico 9 indica que os maiores índices de respostas estão entre as categorias que variam entre três análises (37,5%, 34,4% e 25%) sobre a efetiva ajuda do PEI para a inclusão. Como abordado através do gráfico 8, essas três análises também entram no critério de satisfação quando a prática da utilização do PEI é abordada.

Os dados acima evidenciam que o Plano Educacional Individualizado é um recurso essencial para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais em sala de aula regular, e assim assegurar que as atividades sejam adequadas às características

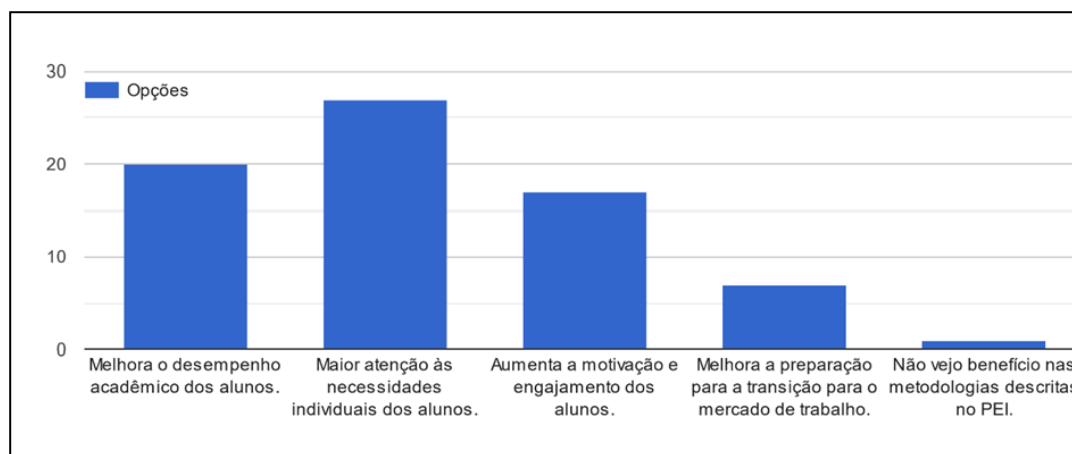
individuais dos estudantes, bem como orientando as ações do professor em relação ao ensino, conforme é descrito pelo Ministério da Educação quando considera a utilização do PEI para o aluno, "o ponto fundamental da sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno" (MEC, 2000, p. 22).

Tal como neste estudo também Redig, Mascaro e Dutra (2017) bem como Tannús-Valadão (2010), demonstram que o PEI é fundamental para o processo de inclusão e a aplicação contribui para que os professores possam planejar suas estratégias pedagógicas e promover uma aprendizagem significativa para cada aluno, respeitando suas particularidades.

Quando questionados os participantes sobre os benefícios das metodologias descritas no PEI para a sua sala de aula, respondem o constante no gráfico seguinte

Gráfico 10

Principais benefícios que as metodologias descritas no PEI trazem para a sala de aula.



No gráfico 10, são apresentadas informações que corroboram a importância da aplicação do Plano Educacional Individualizado na medida em que os números mensurados, relativamente aos itens predefinidos, 27 professores indicam que dentre os mais efetivos benefícios que se afiguram neste instrumento, um deles tem por finalidade garantir maior atenção às necessidades individuais dos alunos.

Ainda quanto aos demais aspectos evidenciados na pesquisa, destaca-se que a melhora do desempenho acadêmico dos alunos foi a resposta declarada por 20 professores,

enquanto para 17 professores, o PEI aumenta a motivação e engajamento dos alunos portanto, a totalidade das respostas obtidas consideram que o uso das metodologias influencia diretamente no resultado do processo de aprendizagem.

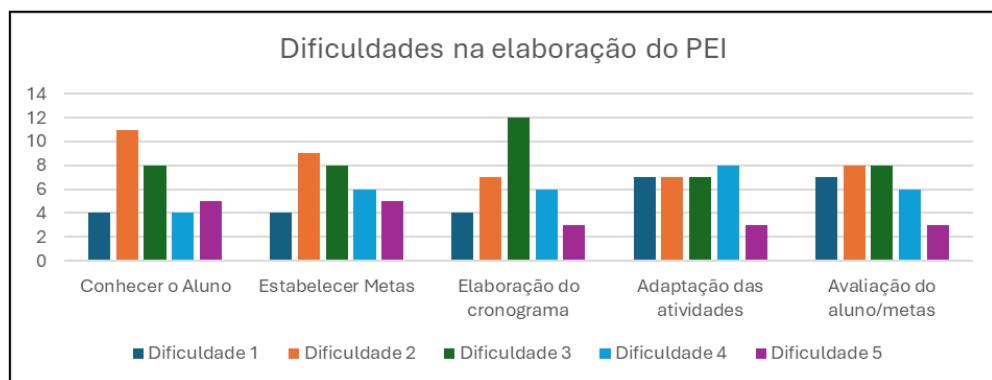
Tal como neste estudo também Mascaro & Redig (2024) afirmam em suas pesquisas que o PEI se trata de uma metodologia que visa determinar metas, bem como a definição de estratégias pedagógicas individualizadas aplicáveis aos alunos com deficiência em sala de aula. O Plano Educacional Individualizado também é um documento norteador das ações do professor e das atividades dos alunos (MEC, 2000) definições que reforçam de forma coerente quando comparadas, aos dados apresentados no gráfico acima.

Apresentamos de seguida os dados obtidos para o segundo objetivo específico: **Compreender as dificuldades e ou as facilidades dos docentes na elaboração dos Planos Educacionais Individualizados.**

Solicitou-se aos inquiridos que manifestassem as suas dificuldades em relação à elaboração do PEI. Observemos os resultados no gráfico seguinte:

Gráfico 11

Dificuldades na elaboração dos Planos Educacionais Individualizados



Neste **gráfico 11**, todas as opções, ou seja, “Conhecer o aluno”, “Estabelecer Metas”, “Elaboração do Cronograma”, “Adaptação das atividades” e “Avaliação do aluno/metas” foram classificadas como de baixa dificuldade, tendo em vista que a

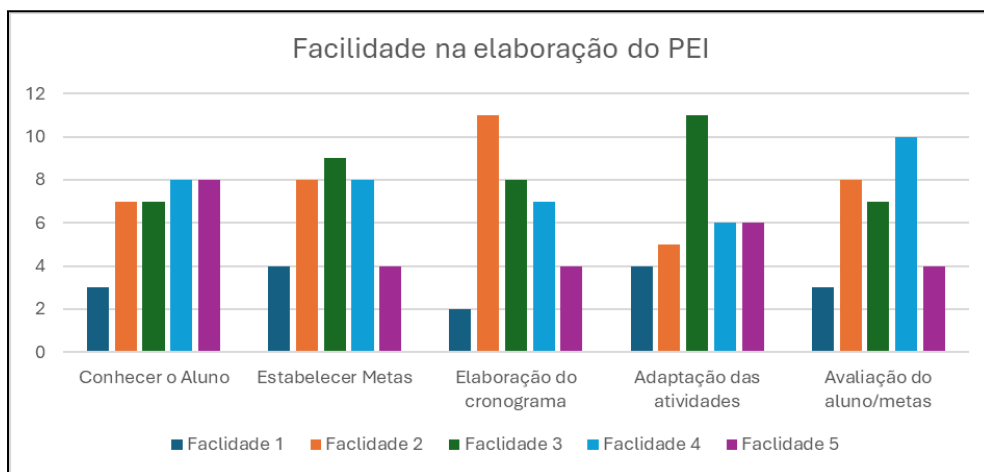
compreensão por parte dos professores foi satisfatoriamente assimilada quando considerados os somatórios dos pesos (notas) atribuídos à esquerda de cada uma das respectivas medianas.

Assim, concluindo, muito embora as classificações tenderam como itens de baixa dificuldade, considerando a citada análise objetiva, é válido destacar que em oposição, isto é, para uma parcela razoável dos professores participantes da pesquisa, as respostas apuradas como de maior dificuldade merecem destaque pois, para estes professores, pode se tratar de uma tarefa desafiadora.

Questionaram-se também os respondentes sobre as facilidades encontradas na elaboração dos Planos Educacionais Individualizados, utilizados na sua prática docente.

Gráfico 12

Facilidade na elaboração dos Planos Educacionais Individualizados, utilizados na sua prática docente.



Conceitualmente o **gráfico 12** aborda a questão da habilidade ou melhor, capacidade do professor ao classificar como “Maior facilidade” as opções “Conhecer o aluno”, “Elaboração do Cronograma”, “Adaptação das atividades” e “Avaliação do aluno/metas”, contudo, a opção “Estabelecer Metas”, apresenta uma classificação de total equilíbrio, ou seja, igualdade entre as notas atribuídas à direita e à esquerda da respectiva mediana neste item.

Em consequência, dado o equilíbrio verificado neste item é possível concluir que se trata de uma etapa desafiadora para a elaboração do PEI, sendo fundamental unir os

objetivos pedagógicos às necessidades específicas de cada aluno, bem como do planejamento individualizado ser mandatório.

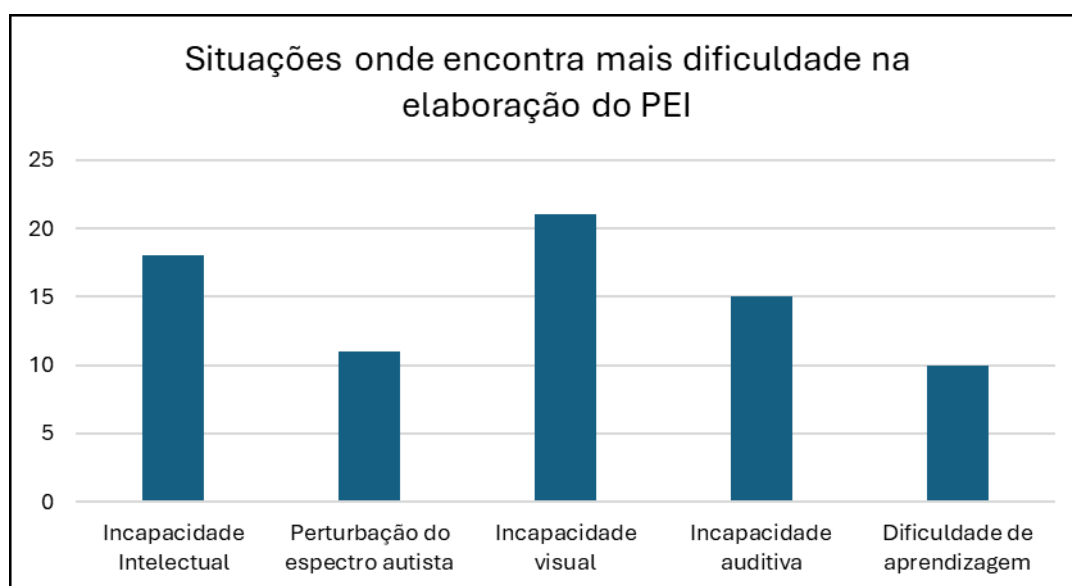
A partir desta avaliação pode-se perceber que acompanhar o desenvolvimento do aluno, é considerado por muitos educadores uma tarefa simples. No entanto, a necessidade de determinar metas de curto, médio e longo prazo e avaliar o que o estudante necessita aprender de forma específica em um contexto de PEI pode ser para alguns muito difícil.

Tal como este estudo também Frazão (2012) demonstra que é necessário que os professores tenham um olhar atento e sensível para identificar as necessidades de cada aluno e, a partir disso, planejar atividades e estratégias que atendam às suas especificidades.

Entendeu-se necessário que os professores indicassem em que situações sentem mais dificuldades na elaboração do PEI. Verificam-se os resultados constantes do gráfico seguinte:

Gráfico 13

Situações em que encontra mais dificuldade na elaboração do PEI.



Conforme se observa no gráfico 13, 21 professores apresentam dificuldades em elaborar o PEI para alunos com “Incapacidade visual”, 18 para alunos com “Incapacidade

Intelectual”, 15 docentes indicam que tem dificuldades quando se trata de alunos com “Incapacidade auditiva”, 11 professores apresentam dificuldades de elaborar o PEI para alunos com “Perturbações do espectro autista” e 10 para alunos com “Dificuldade de aprendizagem”. A partir desta análise verifica-se a necessidade de treinamento visando a capacitação do professor, alinhada com tais aspectos.

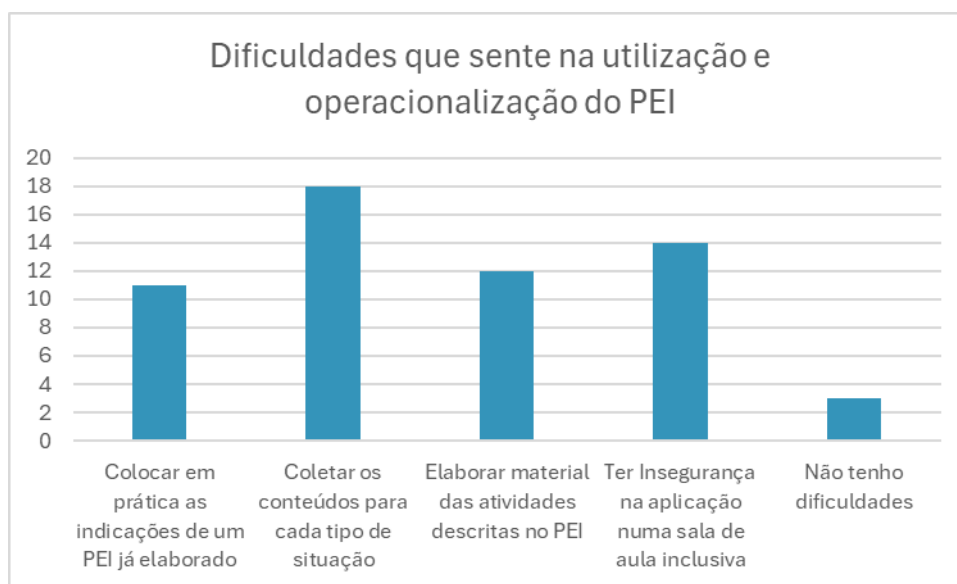
Um estudo de Lima (2023) demonstra que os professores também manifestam mais dificuldades na elaboração do PEI para alunos com Necessidades especiais, mas atribuem sobretudo à sobrecarga de trabalho e tempo e à falta de capacitação

Gomes (2022) discute também a falta de capacitação dos professores em lidar com práticas e conhecimentos relativos à inclusão.

No que se refere às dificuldades para a operacionalização do PEI verificam-se os resultados apresentados no gráfico 14.

Gráfico 14

Dificuldades sentidas na utilização e operacionalização do PEI.



Observa-se no gráfico anterior, que 18 professores têm dificuldade em “Coletar os conteúdos para cada aluno”, 14 professores demonstram “Insegurança na aplicação do PEI em uma sala de aula inclusiva”, 12 professores têm dificuldades em “Elaborar material das atividades descritas no PEI”, 11 professores apresentam dificuldades em

“Colocar em prática as indicações de um PEI já elaborado” e 3 professores responderam “Não tenho dificuldades”.

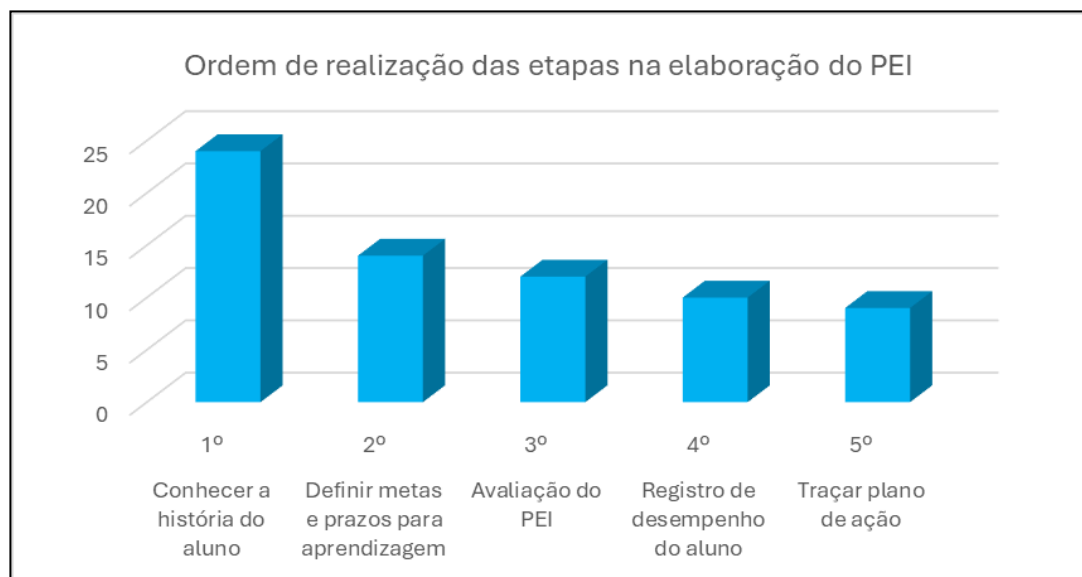
Diante da diversidade de situações apresentadas neste gráfico, os graus de dificuldades bem acentuados refletem que a maioria expressiva dos professores participantes sentem muitas dificuldades em operacionalizar o PEI, apenas 3 docentes não sentem nenhuma dificuldade. Esta tarefa repleta de inseguranças deve e precisa ser eliminada com apoio de treinamentos regulares a fim de atingir os objetivos traçados para o aluno no Plano Educacional Individualizado.

Mascaro & Redig (2024) explicam também que o Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento importante no contexto da educação inclusiva, com objetivo de tornar o conteúdo pedagógico acessível ao aluno de inclusão, visando atender às necessidades específicas de cada estudante com deficiência ou necessidades educacionais especiais.

Apresentam-se de seguida os resultados obtidos para o terceiro objetivo específico: **Verificar se o professor recebeu alguma capacitação sobre a elaboração do PEI e se contribuiu para sua prática.**

Gráfico 15

Etapas que costuma cumprir para a operacionalização do PEI



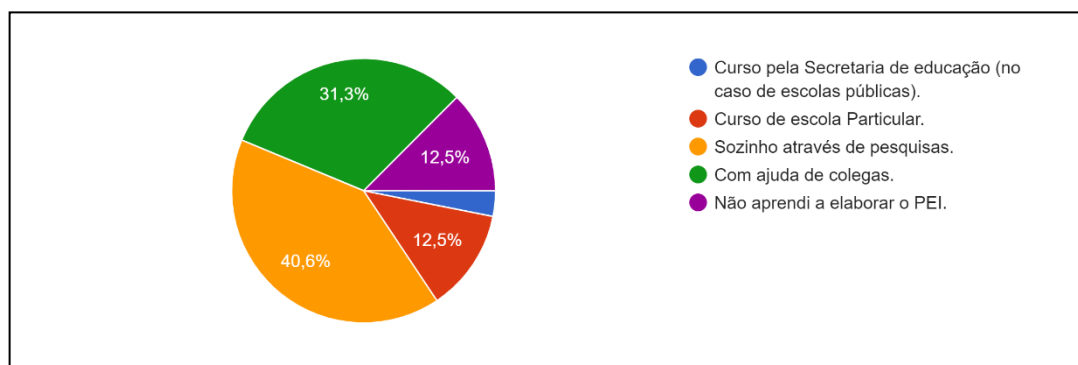
Observa-se no gráfico 15 que o item “Conhecer a história do aluno” teve 24 respostas, “Definir metas e prazos para aprendizagem dos conteúdos” 14 respostas, em sequência o item “Avaliação do PEI” 12 respostas, o “Registro de desempenho do aluno” 10 respostas e por último o item “Traçar plano de ação” teve 5 respostas.

As respostas dos professores participantes da pesquisa demonstram que os resultados obtidos na ordem sequencial de classificação apresentada não demonstram uma lógica compatível no sentido da evolução natural das etapas envolvidas na elaboração do PEI visando atingir os objetivos.

Os pesquisadores Barbosa e Carvalho (2019) e as autoras Mascaro & Redig (2024) apresentam também como conclusão de estudos efetuados, uma sequência de elementos para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), que consideram ser aspectos relevantes para a individualização do ensino e objetivando acompanhar as necessidades específicas de cada aluno. Podemos verificar que são muito semelhantes aos apontados no gráfico anterior. Assim indicam as seguintes etapas: 1º Conhecer a história do aluno; 2º Definir metas de aprendizagem; 3º Traçar o plano de ação; 4º Registrar o desempenho do aluno e 5º Avaliação do PEI. Apesar da legislação brasileira não ter um modelo de PEI obrigatório para todas as escolas, torna-se necessário seguir as etapas de elaboração, visando uma melhor organização e aplicação deste instrumento de inclusão.

Gráfico 16

Aprendi a elaborar o Plano educacional individualizado através de:



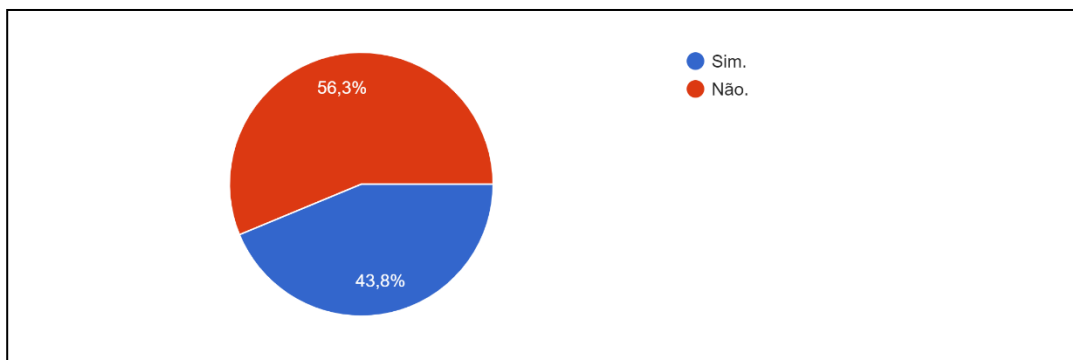
O gráfico 16 revela que mais de 70% necessitam de obter orientação adequada e, sobretudo, uniforme através de treinamentos para elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI). Sendo assim, a necessidade da proposição de treinamentos dirigidos, pontuais e/ou regulares, visando a melhor compreensão do instrumento do PEI, torna-se indispensável para colaborar com a prática docente em uma sala de aula inclusiva.

A formação dos professores é determinada pela legislação brasileira, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), determina que deve ser adotada práticas pedagógicas inclusivas e proporcionar formação inicial e continuada aos professores para o atendimento educacional especializado.

No que se refere à forma como os professores se sentiriam preparados para a elaboração do PEI colocamos-lhe essa questão. Observamos os resultados no gráfico seguinte:

Gráfico 17

Sinto-me preparado para elaborar o Plano educacional individualizado para alunos de uma sala de aula inclusiva.

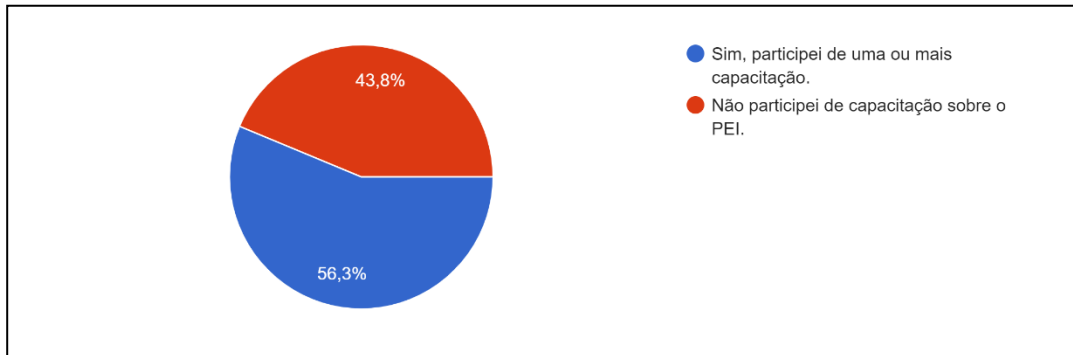


Verificamos no gráfico 17 que 56,3% dos inquiridos não se sentem preparado para executar esta tarefa o que parece reforçar a necessidade de aplicação de treinamentos visando a uniformidade de procedimentos.

No que se refere à participação em treinamentos específicos relacionados com o desenvolvimento ou implementação do PEI verificam-se os resultados obtidos no gráfico 18.

Gráfico 18

Capacitação ou treinamentos específicos relacionados com o desenvolvimento e implementação do PEI em sala de aula inclusiva.



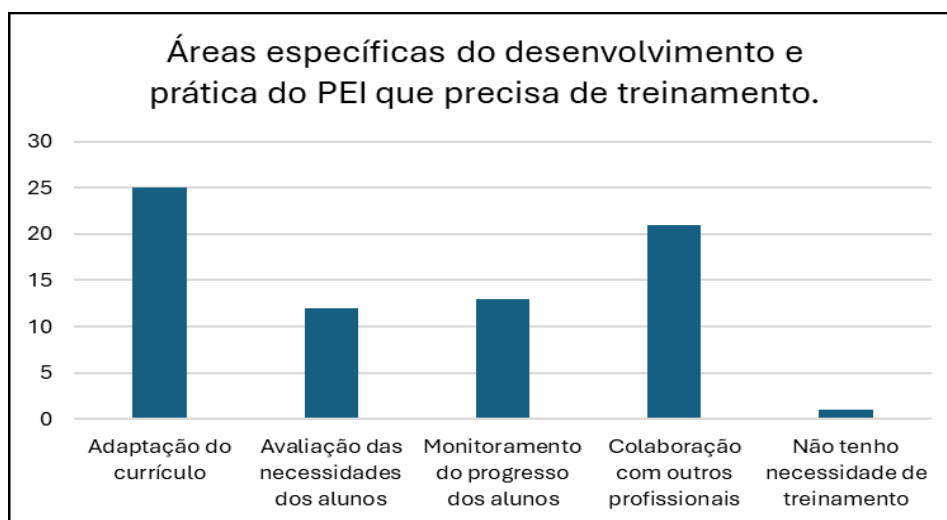
Conforme se observa no Gráfico anterior, do total dos que responderam ao questionário 56,3% responderam ter participado de uma ou mais capacitação relacionada ao desenvolvimento e implementação do PEI e 43,8% responderam não ter participado de capacitação sobre o desenvolvimento e implementação do PEI em sala de aula inclusiva.

A julgar pelos dados compilados nos diversos gráficos analisados até este ponto, a despeito da maioria ter participado de um ou mais treinamentos, bem como a parcela não treinada, observa-se uma falta de padronização nas respostas fato indicativo de que, mesmo para os que se submeteram a treinamentos e, sobretudo aos que não possuíram, a necessidade de reciclagem é necessária.

No gráfico seguinte apresenta-se a indicação de áreas específicas para o desenvolvimento e implementação do PEI.

Gráfico 19

Áreas específicas do desenvolvimento e prática do PEI com necessidade de mais treinamento.



O gráfico 19 apresenta as áreas específicas do desenvolvimento e prática do PEI que o professor considera que precisa de mais treinamento. A análise dos dados aponta que 25 professores entendem que precisa de treinamento sobre “Adaptação do currículo”, 21 precisam de “Colaboração de outros profissionais”, 13 precisam de treinamento sobre “Monitoramento do progresso dos alunos”, 12 professores precisam de treinamento sobre “Avaliação das necessidades dos alunos”.

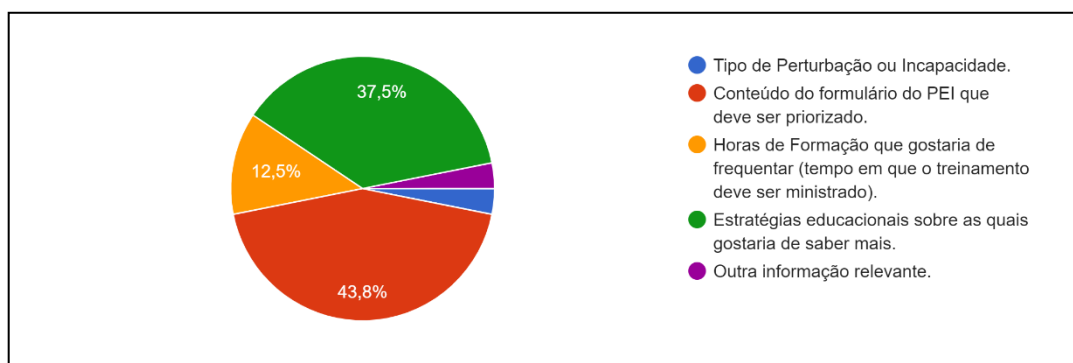
Considerando a variedade de respostas obtidas, verifica-se que todas as áreas específicas abordadas no gráfico em questão são indicativas de treinamento geral a fim de alcançar a uniformidade dos procedimentos.

Redig et al. (2017) também conclui num dos seus estudos que existir uma estratégia na formação continuada do professor para plano educacional individualizado, demonstrando que o PEI é um recurso fundamental numa sala de aula inclusiva e que a mudança necessária na utilização do PEI, é associar sempre a teoria à prática, dando a entender a importância de uma constante revisão a partir de sua aplicação.

Ao serem questionados sobre os assuntos que mais gostariam de ver apresentados numa formação nesta área, respondem o que consta no gráfico seguinte.

Gráfico 20

Matérias a serem apresentadas com mais ênfase em uma capacitação para elaborar e aplicar o PEI.



A partir do gráfico 20, observou-se que há necessidade de capacitação para os professores aprenderem como elaborar e aplicar o Plano Educacional Especializado (PEI) em uma sala de aula inclusiva. Tal afirmação é comprovada no gráfico 20 através dos dados apresentados, 43,8% dos professores responderam que gostariam de receber treinamento sobre “Conteúdo do formulário do PEI que deve ser priorizado”, 37,5% desejam saber mais sobre “Estratégias educacionais” e 12,5% dos professores querem que deem ênfase nas “Horas de formação que devem ser ministradas”

Obtivemos ainda outra informação relevante sobre capacitação para elaborar e aplicar o PEI.

Os participantes da pesquisa também pontuaram outras informações relevante sobre capacitação para elaborar e aplicar o PEI tais como:

- Como aplicar o PEI em um ambiente educativo Inovador em alinhamento com os princípios do DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem)?
- Turmas menores
- A escola precisa deixar o professor fazer o PEI. Nem todas as escolas querem.
- Que o PEI é individual e deve ser aplicado. Não ser elaborado e ficar guardado na gaveta, o engajamento da equipe, participação de pessoas capacitadas para ajudar o professor.

- Deveria se ter uma entrevista mais aprofundada com a família para conhecer a real necessidade e dificuldade de aluno. A parceria escola família é essencial
- Treinamentos para capacitar os professores para a elaboração do Plano:
 - Conteúdo do formulário do PEI que deve ser priorizado.
 - Estratégia educacional para aplicar no PEI
 - Maior desenvolvimento das prioridades na aplicação do PEI.
- Conhecer o aluno e sua família, faz toda a diferença.

Conclusão

A apresentação dos dados revelou informações importantes sobre a prática dos professores na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos em sala de aula inclusiva no Rio de Janeiro. A análise dos gráficos indicou que um percentual significativo de docentes reconhece a relevância do PEI na educação inclusiva, confirmando a necessidade de individualização do ensino para atender os alunos com deficiência de forma eficaz. No entanto, os gráficos também evidenciam que a aplicação do PEI ainda é limitada em muitas escolas, refletindo os desafios relatados pelos professores, como a falta de treinamento ou treinamento ineficaz e/ou incompleto.

Embora uma parcela considerável dos docentes (86,7%) tenha conhecimento teórico sobre o PEI e reconheça sua importância para o processo inclusivo, a sua implementação prática ainda enfrenta obstáculos. Os principais desafios apontados incluem a falta de capacitação específica e contínua para a elaboração e aplicação do PEI. A diferença entre o conhecimento teórico e a prática é percebida através da quantidade de professores que não se sentem totalmente preparados para adaptar o currículo de acordo com as necessidades individuais dos alunos.

A dissertação visa responder à pergunta central proposta para essa pesquisa: Os professores se entendem capacitados para realizar a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e utilizá-lo com alunos de sala de aula inclusiva?

Foi ainda possível mensurar e analisar o nível de capacitação dos professores para a elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) em salas de aula inclusivas.

Primeiramente, observou-se que, nem todos os professores implementam o PEI de forma contínua, o que aponta para a necessidade de uma maior conscientização e preparação para que essa prática seja mais compartilhada e aplicada no cotidiano escolar. Quanto as opiniões dos professores sobre a importância do PEI para o processo inclusivo, muitos enfrentam desafios para efetivar essa prática, seja pela falta de tempo ou de recursos adequados.

Verificou-se que grande parte dos docentes tem conhecimento sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/2015), mas ainda há lacunas em relação à aplicação prática no cotidiano escolar, no que diz respeito a individualização do ensino.

Assim, pode-se concluir que, embora haja um reconhecimento generalizado da importância do PEI para a educação inclusiva, há desafios significativos na capacitação e na efetiva aplicação dessa ferramenta. Dessa forma, este estudo reforça a necessidade de políticas públicas e programas de formação continuada que apoiem os professores na implementação eficaz do PEI, de modo a garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Pela importância que o PEI tem no trabalho do dia a dia dos docentes, recomenda-se para futuros estudos, que se aumente significativamente a amostra dos inquiridos para que se possa aprofundar o assunto e que se estenda a possibilidade a todos os professores em geral responderem. Hoje poderão não ter alunos com necessidades específicas incluídos na sua sala de aula, mas amanhã poderão ter e poder-se-iam prevenir algumas situações.

Referências Bibliográficas

- American Psychiatric Association (APA). (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Aranha, M. L. de A. (2006). História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. Ed., São Paulo: Moderna.
- Barbosa, V. B; Carvalho, M. P. de. (2019). *Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado-PEI*. Rio Pomba/ MG: PROFEPT. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>Acesso em 10 jul. 2024.
- Costa V. F. (2009) *Inclusão, sem risco de excluir*. Olinda, PE: Babecco.
- Clérigo, B. Alves, R. Piscalho, I. Cardona, M. J. (2017). *Diferenciação Pedagógica nas Primeiras Idades para a Construção de uma Prática Inclusiva*. Revista da UIIPS–Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém, Vol.5, N.º1, pp.98-118. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14482/10868> Acesso em: 07 jul. 2024.
- Fávero, E. A. G. (2004). *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA.
- Fávero, E. A. G. (2005). *Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas*: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP.
- Francisco, P. R. C. (2023). *Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI): proposta de um recurso educacional digital* - Dissertação (Mestrado) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ.
- Frazão, R. M. (2012). Práticas de diversificação/diferenciação curricular no contexto das políticas educativas para o ensino básico. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/11965/1>. Acesso em 10 jul. 2024.
- Furtado, K. D. P. (2022). *Formação docente para adequação curricular por meio do plano de ensino individualizado* / Keytt Dayane Pirovani Furtado. – 2022. Dissertação (mestrado em ProfEPT) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória.
- Galliano, A. G. (1986). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra.
- Glat, R, Marin, M. & Redig, A.G. (2012). Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. *Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas*, v. 34, pp. 79-100.
- Gomes, L. O. (2022). O plano educacional individualizado como aliado no ensino de estudantes com autismo. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió, AL.
- Gouveia, M. F. B. P. (2012) *Gestão flexível do currículo rumo à diferenciação pedagógica. contributos para a promoção de aprendizagens significativas. Um estudo numa escola do 1º ciclo do ensino básico da RAM*. Disponível em <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/568>. Acesso em 10 jul. 2024.

- Kiefer, J. G., & Mariani, R. de C. P. (2022). Área como grandeza geométrica: direcionamentos dos PCN e da BNCC com ênfase nas representações semióticas. *Ciência & Educação (bauru)*, 28, e22003.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (2017). Fundamentos de metodologia científica – 8. ed. – São Paulo: Atlas.
- Libâneo, J. C., Oliveira, J. F., & Toschi, M. S. (2003). *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*. Cortez.
- Lima, P. (2023) Percepção de Pais e Profissionais do Ensino Médio sobre Barreiras e Possíveis Facilitadores para a Implementação de um Plano Educacional Individual (PEI), em Escolas Particulares do Rio de Janeiro. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/12960>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- Marin, M. & Braun, P. (2013). Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In Glat, R., & Pletsch, M. D. (Orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 55.
- Mascaro, C. A. A. de C. (2024). *Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfabetamento: primeiros passos /* Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro, Annie Gomes Redig. – Ponta Grossa - PR: Atena.
- Mendes, E. G. (2010). Breve histórico da Educação Especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 22, p. 93-110.
- Ministério de Educação e Cultura, MEC (2000). Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Especial.
- Ministério de Educação e Cultura, MEC (2007). Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF.
- Ministério de Educação e Cultura, MEC (2008a). Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 10 de jul de 2024.
- Ministério de Educação e Cultura, MEC (2017) **Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- Pacheco, J. (2008). *Notas sobre diversificação/diferenciação curricular em Portugal*. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Campo Grande: MS. v. 14. n. 28. p. 178-187.
- Pereira, D. M., & Nunes, D. R. de P. (2018). Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. *Revista Educação Especial*, 31(63), 939–960.

- Presidência da República (1961). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Lei nº 4.024/61. Brasília, DF.
- Presidência da República (2014). Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014 <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>
- Presidência da República. (2015). Lei n. 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, DF.
- Redig, A. G.; Mascaro, C. A. A. de C. & Dutra, F. B. da S. (2017) *A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?* Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, Marília, SP, v. 4, n. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7328>. Acesso em: 11 out. 2024.
- Santos et all (2022). *Políticas públicas para inclusão escolar: o que nos revela um estudo de caso*. **Rev. Est. e Pesq. Em Educação**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 168-188.
- Saviani, D. (2011) *História das ideias pedagógicas no Brasil* - 3. ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados. - (Coleção memória da educação).
- Senado Federal (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Lei nº 9.394/96. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf acessado em 10 de julho 2024
- Senado Federal (1988); *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF.
- Severino, A. J. (2002) Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez.
- Tannus-Valadão, G. (2010). Planejamento educacional individualizado na educação especial: propostas oficiais na Itália, França, Estados Unidos e Espanha. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3070/3397.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- Tannús-Valadão, G., & Mendes, E. G. (2018). Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira De Educação*, 23, e230076. Acesso em: 10 jul. 2024.
- UNESCO (2004). Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade Salamanca, Espanha: Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 30 de maio de 2024.

ANEXOS

ANEXO A
Plataforma Brasil



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A prática do Professor na elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos em sala de aula inclusiva no Rio de Janeiro

Pesquisador: JACIARA CANDIDO DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78138324.0.0000.5282

Instituição Proponente: Universidade Fernando Pessoa/Fundação Ensino e Cultura Fernando

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.741.187

Apresentação do Projeto:

"Este projeto tem por objetivo demonstrar a importância da elaboração do PEI para a prática do professor numa sala inclusiva cuja contribuição poderá ser confirmada, a partir da efetiva inclusão, obtida através do planejamento de ações individualizadas, revertendo uma educação de qualidade em atendimento às singularidades observadas em sala de aula inclusiva a todos os estudantes de Necessidades Educacionais Específicas ou não.

A metodologia de pesquisa quantitativa com utilização de questionário estruturado será o meio adotado para atingir os objetivos do projeto. Para tanto, será compilada uma amostragem cujo público alvo será composto por professores do Ensino Médio, inicialmente em quantidade mínima de 30 (trinta), que atuem em sala de aula inclusiva no Estado do Rio de Janeiro. Os dados serão tratados estatisticamente de forma a possibilitar a análise das informações mais relevantes sobre a composição do Plano Educacional Individualizado pelos professores no contexto da aprendizagem e da educação inclusiva.

Assim, entende-se que tal levantamento possa esclarecer algumas abordagens tais como:

- 1 - se o cumprimento da lei de inclusão está sendo viável;
- 2 - se o que deve ser proposto está alinhado com os objetivos da lei;
- 3 - se a proposta do PEI contribuirá para uma efetiva prática do professor e dessa forma favorecer a educação inclusiva."

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018

Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900

UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

O objetivo primário deste trabalho é mensurar e analisar como os professores se entendem capacitados para realizar a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e utilizá-lo com alunos de sala de aula inclusiva.

Objetivos Secundários:

Identificar o quanto o plano educacional individualizado é realizado pelos professores na sala de aula.

Levantar opiniões dos professores quanto a importância da utilização do PEI na sala de aula inclusiva.

Verificar se os professores têm conhecimento sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/2015).

Verificar se o professor recebeu alguma capacitação sobre a elaboração do PEI e se contribuiu para sua prática.

Sugerir, de acordo com os dados, uma possibilidade de treinamento para professores com foco no desenvolvimento dos alunos de uma sala de aula inclusiva."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos:

Os riscos são mínimos, tais como desconforto ao responder uma pergunta, cansaço, exposição aos dados e perda da confidencialidade. Além disso, existem os riscos característicos de pesquisas em ambiente virtual e meios eletrônicos que podem ser violadas por não terem garantia de controle total e integral da plataforma utilizada.

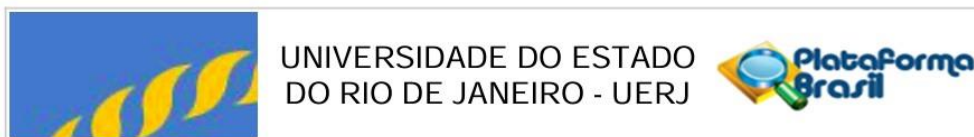
Benefícios:

Poder demonstrar que a elaboração do PEI permite ao professor, em uma sala inclusiva, uma prática significativa a partir de um planejamento de ações individualizadas, ofertando uma educação de qualidade em atendimento às singularidades observadas em sala de aula inclusiva, a todos os estudantes de Necessidades Educacionais Específicas ou não."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Reitero que a inclusão é processo necessário e que requer bastante atenção para que, mais e mais, possamos adequadamente atender o alunado com necessidades específicas, possibilitando sua participação plena na sociedade. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é ferramenta importante para os processos de ensino e de aprendizagem em sala de aula inclusiva. Assim, tem bastante relevância melhor entendê-lo também no que se refere à

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.741.187

participação do professor.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Trata-se de proposta de pesquisa relacionada a mestrado realizado no exterior (Portugal) com coleta de dados feitas no contexto escolar brasileiro, ou seja, em escolas no Rio de Janeiro com alunos incluídos. Sendo assim, apresenta folha de rosto datada e assinada pela pesquisadora e datada, assinada e carimbada pela Pró Reitora Acadêmica da Universidade Fernando Pessoa em Portugal. Descreve riscos e benefícios do estudo. Apresenta roteiro do questionário online a ser proposto aos participantes (mínimo de 30 professores de ensino médio). Apresenta TCLE com informações gerais, objetivos, riscos e benefícios assim como os contatos da pesquisadora e do comitê de ética para esclarecimentos. Apresenta solicitação de dispensa de TAI uma vez que a coleta de dados será feita online não havendo necessidades de presença nas escolas dos professores participantes. Informa que "o convite para participar da pesquisa será realizado através de mensagens nas redes sociais (Facebook, Whatsapp, E-mail) em grupos específicos de professores e o uso da técnica Snowball, bola de neve, técnica de coleta de dados em que os professores contatados pelo pesquisador indicam novos professores". Apresenta orçamento com informações de custeio e cronograma com as etapas do estudo, constando início da coleta de dados em maio/2024.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa ζ CEP UERJ deliberou pela APROVAÇÃO deste projeto, visto que não há implicações éticas. Dessa forma, a pesquisa já pode ser iniciada.

Agradecemos à pesquisadora pela carta de esclarecimentos das pendências, o que muito agiliza a avaliação da submissão feita.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar o Relatório Anual - previsto para abril de 2025. O Comitê de Ética em Pesquisa ζ CEP UERJ deverá ser informado de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o Comitê de Ética em Pesquisa ζ CEP UERJ recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br

Página 03 de 05

solicita a V.S.^a que encaminhe a este comitê relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2274673.pdf	21/03/2024 11:51:48		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_JACIARA.doc	21/03/2024 11:50:07	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	DOCUMENTO_CARTA_CEP_UERJ_JACIARA.docx	21/03/2024 11:49:25	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_JACIARA_ATUALIZADO.doc	21/03/2024 11:48:55	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	SOLITACAO_DE_DISPENSA_TAI.pdf	18/02/2024 12:51:23	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_INFORMADO.docx	03/02/2024 19:20:01	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	DECLARACAO_ACEITE_ORIENTADOR.pdf	03/02/2024 19:00:22	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_DE_PESQUISA_JACIARA_CANDIDO_DOS_SANTOS.docx	03/02/2024 18:48:34	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_DE_MESTRADO_JACIARA_CANDIDO_DOS_SANTOS.docx	03/02/2024 18:47:22	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	NOMEACAO_DE_ORIENTADOR.pdf	03/02/2024 18:46:15	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_JACIARA_CANDIDO_DOS_SANTOS.pdf	03/02/2024 18:37:06	JACIARA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



Continuação do Parecer: 6.741.187

RIO DE JANEIRO, 03 de Abril de 2024

Assinado por:
Rosa Maria Esteves Moreira da Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br

Página 05 de 05

ANEXO B
Questionário

Questionário

Objetivo: Caracterização dos Participantes

Parte I – Recolher Dados pessoais e profissionais

1. Idade (assinale a opção que corresponde ao seu caso)
 - ≤ 30
 - 31- 40
 - 41 – 50
 - ≥ 50
2. Gênero (*assinale a opção que corresponde ao seu caso*)
 - Feminino
 - Masculino
3. Grau acadêmico (*assinale a opção que corresponde ao seu caso*)
 - Bacharel
 - Licenciatura
 - Mestrado
 - Doutorado
4. Experiência profissional a lecionar turmas com alunos incluídos:
 - até 5 anos
 - 6 – 12 anos
 - 13 – 25 anos
 - 26 ou mais anos
5. Tem alguma formação no âmbito das Necessidades Educativas Especiais (NEE) (*assinale a opção que corresponde ao seu caso*)
 - Formação Inicial (Curso de graduação)
 - Formação contínua (ações de formação, com ou sem créditos, como cursos livres, workshops etc.)
 - Formação especializada em educação especial (Curso de pós-graduação *lato senso* – especialização)
 - Mestrado e/ou Doutorado
6. Leciono atualmente em uma sala de aula inclusiva:
 - a)() Sim
 - b)() Não
7. Já elaborei um Plano educacional individualizado:
 - a)() Sim
 - b)() Não

Questões - Parte II

Objetivo: Compreender a percepção dos professores sobre a importância da realização e utilização do plano educacional individualizado pelos professores na sala de aula.

8- Assinale o nível de satisfação das medidas recomendadas no PEI na sua sala de aula para o desenvolvimento dos alunos na sua disciplina

- a) () Insatisfatório – A utilização do PEI não fez diferença no desenvolvimento dos alunos.
- b) () Satisfatório - A utilização do PEI fez diferença no desenvolvimento dos alunos.
- c) () Acima da média - A utilização do PEI, otimizou as práticas educativas.
- d) () Abaixo da média- A utilização do PEI, não otimizou as práticas educativas.
- e) () Nunca usei o PEI

9- Assinale de 1 a 5 o quanto você considera que a elaboração de um PEI pode ajudar a **inclusão** de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular.

- a) () Não uso o PEI.
- b) () Não dá contribuição alguma.
- c) () Vejo contribuição em algumas situações
- d) () Vejo que contribui bastante
- e) () Imprescindível para o processo inclusivo

10- Marque os principais benefícios que as metodologias descritas no PEI trazem para a sua sala de aula:

*(Obs: Escolha uma ou mais opção **que se aproxime** da sua realidade profissional)*

- a) () Melhora o desempenho acadêmico dos alunos.
- b) () Maior atenção às necessidades individuais dos alunos.
- c) () Aumenta a motivação e engajamento dos alunos.
- d) () Melhora a preparação para a transição para o mercado de trabalho.
- e) () Não vejo benefício nas metodologias descritas no PEI

11- Assinale o nível de satisfação das medidas recomendadas no PEI na sua sala de aula para o desenvolvimento dos alunos na sua disciplina

- f) () Insatisfatório – A utilização do PEI não fez diferença no desenvolvimento dos alunos.
- g) () Satisfatório - A utilização do PEI fez diferença no desenvolvimento dos alunos.
- h) () Acima da média - A utilização do PEI, otimizou as práticas educativas.
- i) () Abaixo da média- A utilização do PEI, não otimizou as práticas educativas.

j) () Nunca usei o PEI

Questões - Parte III

Objetivo: Entender como o professor operacionaliza o PEI e quais as principais dificuldades neste processo.

12- Assinale de 1 a 5 o quanto você considera que a elaboração de um PEI pode ajudar a **inclusão** de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular.

- a) () Não uso o PEI.
- b) () Não dá contribuição alguma.
- c) () Vejo contribuição em algumas situações
- d) () Vejo que contribui bastante
- e) () Imprescindível para o processo inclusivo

13- Marque os principais benefícios que as metodologias descritas no PEI trazem para a sua sala de aula:

*(Obs: Escolha uma ou mais opção **que se aproxime** da sua realidade profissional)*

- f) () Melhora o desempenho acadêmico dos alunos.
- g) () Maior atenção às necessidades individuais dos alunos.
- h) () Aumenta a motivação e engajamento dos alunos.
- i) () Melhora a preparação para a transição para o mercado de trabalho.
- j) () Não vejo benefício nas metodologias descritas no PEI

14- Considerando que o PEI possui algumas etapas para sua operacionalização, classifique **por ordem de realização** de 1 a 5 (sendo 1 a que realiza primeiro e, 5 a que realiza em último lugar), que costuma cumprir quando elabora um PEI:

- a) () Conhecer a história do aluno;
- b) () Avaliação do PEI
- c) () Registro de desempenho do aluno.
- d) () Definir metas e prazos para aprendizagem dos conteúdos;
- e) () Traçar plano de ação;

15- Aprendi a elaborar o Plano educacional individualizado através de:

- a) () Curso pela Secretaria de educação (no caso de escolas públicas)
- b) () Curso de escola Particular
- c) () Sozinho através de pesquisas
- d) () Com ajuda de colegas
- e) () Não aprendi a elaborar o PEI

Questões - Parte IV

Objetivo: Verificar se o professor frequentou ações de capacitação e/ou se tem necessidade de participar de treinamento com foco no desenvolvimento do PEI para a melhoria da aprendizagem dos alunos de uma sala de aula inclusiva

16- Sinto-me preparado para elaborar o Plano educacional individualizado para alunos de uma sala de aula inclusiva:

- a) () Sim
- b) () Não

17- Assinale as situações em que você encontra mais dificuldade na elaboração do PEI.
(Obs: pode escolher uma ou mais opções das perturbações ou incapacidades abaixo indicadas, tendo em conta a sua realidade profissional)

- a) () Incapacidade intelectual (como Síndrome de Down, Paralisia cerebral)
- b) () Perturbação do Espectro do Autismo
- c) () Incapacidade visual
- d) () Incapacidade auditiva
- e) () Dificuldades de aprendizagem (Dislexia, TDAH entre outras)

18- Assinale as dificuldades que sente na utilização e operacionalização do PEI:
(Obs: pode escolher uma ou mais opções **que se aproxime** da sua realidade profissional)

- a) () Colocar em prática as indicações de um PEI já elaborado
- b) () Coletar os conteúdos para cada tipo de situação
- c) () Elaborar material das atividades descritas no PEI
- d) () Ter Insegurança ou inexperiência na aplicação numa sala de aula inclusiva
- e) () Não tenho dificuldades

19- Assinale se já participou na capacitação ou treinamentos específicos relacionados ao desenvolvimento e implementação do PEI em sala de aula inclusiva:

- a) () Sim, participei de uma ou mais capacitação.
- b) () Não, participei de capacitação sobre o PEI.

20- Assinale as áreas específicas do desenvolvimento e prática do PEI que você considera que precisa de mais treinamento. Marque todas as opções que se aplicam.

- a) () Adaptação do currículo.
- b) () Avaliação das necessidades dos alunos.
- c) () Monitoramento do progresso dos alunos.
- d) () Colaboração com outros profissionais
- e) () Não tenho necessidade de treinamento.

Questões - Parte V

Objetivo: Sugerir, de acordo com os dados, uma possibilidade de treinamento para professores com foco no desenvolvimento dos alunos de uma sala de aula inclusiva.

21- Baseado nos tópicos abaixo, responda **o que você gostaria que fosse ensinado** com mais ênfase em uma capacitação para elaborar e aplicar o PEI:

- a) Tipo de Perturbação ou Incapacidade:
- b) Conteúdo do formulário do PEI que deve ser priorizado
- c) Horas de Formação que gostaria de frequentar (tempo em que o treinamento deve ser ministrado)
- d) Estratégias educacionais sobre as quais gostaria de saber mais
- e) Outra informação relevante